

Acção Socialista



N.º 1346 25 Março 2010

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

www.accaosocialista.net ■ accaosocialista@ps.pt

PARLAMENTO CONFIRMA PROGRAMA DE ESTABILIDADE E CRESCIMENTO



A Assembleia da República, ao aprovar o projecto de resolução do PS relativo ao Programa de Estabilidade e Crescimento para 2013, valida a opção do Governo de redução do défice para 2,8% do PIB no triénio em curso, bem como do controlo do crescimento da dívida pública.

Por outro lado, verifica-se também a concordância com as políticas governamentais tendentes à promoção do crescimento sustentado da economia e do emprego e do reforço das condições estruturais de competitividade e de internacionalização da economia portuguesa.

Assume-se ainda que o esforço de investimento público a realizar deverá ter em consideração a necessidade de assegurar a sustentabilidade orçamental e o controlo do endividamento público e privado do país.

P20

Entrevista a Fernando Serrasqueiro, SE do Comércio
“Há hoje uma maior consciência dos direitos dos consumidores”



P3

Novas Fronteiras
Fazer o melhor por Portugal



P10 e 11

Federação de Setúbal
Políticas de promoção do emprego e da justiça social são urgentes e necessárias



P17

DNMS assinala Dia Internacional da Mulher
Um longo caminho para a igualdade de género



P18

OPINIÃO


RENATO SAMPAIO
 Presidente da Federação
 Distrital do Porto do Partido
 Socialista

De Mário Cal Brandão fica-nos os ensinamentos de que a democracia se constrói sempre e a cada momento, que a liberdade é um bem que jamais poderá ser posto em causa e os caminhos da recta cidadania o guião que nos deve conduzir a uma sociedade mais justa, fraterna e solidária

MÁRIO CAL BRANDÃO UM BALUARTE DO PS

MÁRIO Cal Brandão teria hoje cem anos se ainda estivesse entre nós. Teria a idade da República!

Mário Cal Brandão construiu a sua vida a lutar pela liberdade e pela democracia trilhando os caminhos difíceis da resistência durante a negra noite da ditadura.

Nasceu no Porto em 1910, filho de pai galego radicado nesta cidade, após a frequência dos Liceus Rodrigues de Freitas e Alexandre Herculano e depois de terminar o ensino liceal matriculou-se em Direito em Coimbra, foi advogado e faz parte da grandes vultos que ficaram na história da luitou contra a ditadura e assim ajudou a construir o Portugal livre e democrático de Abril. É memória viva do PS que com Mário Soares, António Macedo, José Luís Nunes, Jaime Gama e tantos outros, ajudou a fundar. Depois de terminar o curso em Lisboa com a particularidade de ter feito o quarto ano na semiclandestinidadade, regressado do exílio galego. Inicia a sua vida profissional com escritório de advogado no Porto (a toca), que fundara com António Macedo, Eduardo Ralha e seu irmão Carlos, e aqui passará a ser ponto de convergência de oposicionistas. A sua casa passou a ser também para muitos dos que se tinham de esconder da PIDE o local onde sempre encontravam abrigo. Beatriz Cal Brandão tornou-se a matriarca de grandes vultos da democracia lá acolhidos.

Uma vida de homem de forte carácter, firmes convicções, justo e de um comportamento ético exemplar, perseguido mas que nunca se aninhou no comodismo.

Aos 18 anos já a PIDE o perseguia, prendia e exilava por, enquanto estudante universitário, desenvolver uma importante acção na luta estudantil, de 1928 a 1931, tendo-lhe sido fixada residência em Estarreja, por implicação no movimento reviralista. Daqui parte para o exílio em Espanha. A ditadura nunca foi capaz de o vergar porque a força e os princípios deste Homem não vergaram. Em Coimbra instalando-se na República "Das Águias" fundada pelo seu irmão Carlos Cal Brandão e inscreve-se na loja maçónica "Revolta", foi dirigente do Centro Académico Republicano e da Associação Académica. Termina o curso em Lisboa com a particularidade de ter feito o quarto ano na semiclandestinidadade. Na resistência de que fez divisa da sua vida, funda a Editorial Horizonte, a Cooperativa Coordenadas e participa nas campanhas da Oposição Democrática. Integra a comissão distrital do MUD e empenha-se activamente nas candidaturas à presidência da República de Quintão Meireles, de Norton de Matos e de Humberto Delgado.

A partir de 1964, foi co-fundador da Acção Socialista Portuguesa, embrião do que viria a ser o Partido Socialista e durante os anos da ditadura conspirou sempre e sem descanso para a derrubar.

Mário Cal Brandão, sempre ao lado de grandes vultos da resistência como José e Vitorino Magalhães Godinho, Gustavo Soromenho, António Macedo, Artur Santos Silva (pai), Paulo Quintela e Teixeira Ribeiro, funda o Núcleo de Doutrina e Acção Socialista.

Combateu sempre das mais variadas maneiras e em muitas organizações pela liberdade e pela democracia e isto trouxe-lhe por 15 vezes a passagem pela prisão e três julgamentos sumários e foi defensor nos Tribunais Plenários, de muitos dos que eram acusados pela ditadura.

Viu nascer a II República e de viver Abril e permanentemente nos lançava avisos no sentido de que existem princípios e valores de que nunca devemos abdicar.

Após o 25 de Abril continuou a sua luta pelos valores em que sempre acreditou e participa activamente na construção e consolidação da II República, como primeiro governador civil do Porto, como deputado constituinte e como deputado da República é eleito em todas as legislaturas até 1991.

De Mário Cal Brandão fica-nos os ensinamentos de que a democracia se constrói sempre e a cada momento, que a liberdade é um bem que jamais poderá ser posto em causa e os caminhos da recta cidadania o guião que nos deve conduzir a uma sociedade mais justa, fraterna e solidária.

Portugal, o Partido Socialista e particularmente a FDP/PS deve-lhe um particular tributo, porque é também por ele que hoje aqui estamos e somos aquilo que somos.

Os PS/Porto e os democratas tem memória e lembram que os cem anos do nascimento de Mário Cal Brandão, são um momento de recordar e de se inspirar nas vidas de homens que, como Cal Brandão, lutaram pelos fundamentos do socialismo democrático e permitiram a vida em liberdade.

Obrigado Mário Cal Brandão.

INICIATIVA

Homenagens a Mário Cal Brandão

DE FORMA a assinalar o centésimo aniversário do nascimento de Mário Cal Brandão, resistente antifascista, insigne democrata e um dos fundadores do PS, a Federação do Porto vai levar a efeito algumas iniciativas, das quais merecem destaque uma romagem ao cemitério do Prado do Repouso, no sábado, dia 27, pelas 11 horas, seguindo-se pelas 12 horas a atribuição do nome deste ilustre socialista ao auditório da Federação com descerramento de placa alusiva, bem como irá promover um ciclo de conferências "Mário Cal Brandão".

Assim, o presidente do PS/Porto, Renato Sampaio, apela "à participação dos camaradas nas cerimónias do próximo sábado, certo que a figura e o passado de Mário Cal Brandão enquanto democrata, republicano e socialista merece de todos nós este gesto de agradecimento póstumo".



Acácio Barreiros faz-nos muita falta



"CORAGEM, audácia e combatividade" na luta por uma sociedade mais justa e igualitária marcaram a vida de Acácio Barreiros, "um socialista maduro e consequente" que se fosse vivo completaria 62 anos no passado dia 17 de Março.

Num vídeo feito pelo seu amigo João Soares, que o trouxe para o PS nos anos 80, o antigo presidente da Câmara de Lisboa afirma que "o Acácio foi sempre um homem bom, solidário,

generoso, um homem de convicções de esquerda, um livre pensador, grande leitor, apreciador de cinema e de tertúlias".

O Acácio, que "nos faz muita falta", recordou João Soares, teve uma intensa actividade política sempre norteada por uma forte consciência social das desigualdades desde os tempos no Instituto Superior Técnico, onde se destacou nas lutas estudantis, o que o levou à clandestinidade meses antes do

25 de Abril. Após o "dia inteiro, inicial e limpo", nas palavras de Sophia de Mello Breyner, Acácio Barreiros foi deputado à Assembleia da República primeiro pela UDP e depois pelo PS, "onde ficou patente o seu enorme talento como orador", integrou o Governo de António Guterres de 1999 a 2002 como secretário de Estado da Defesa do Consumidor e foi ainda autarca em Vila Franca de Xira e Sintra. J. C. C. B.

Fernando Serrasqueiro, secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor

“Há hoje uma maior consciência dos direitos dos consumidores”

“Muito positiva” é como classifica o secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor a actuação da ASAE desde a sua criação há quatro anos, frisando que este organismo tornou-se conhecido como “a polícia dos consumidores”, o que, na sua opinião, “é um reconhecimento nacional” do bom trabalho realizado.

Em entrevista ao “Accção Socialista”, Fernando Serrasqueiro passa em revista algumas das muitas medidas tomadas em defesa do consumidor, de apoio à modernização e revitalização do comércio tradicional e de melhoria e simplificação dos serviços, manifestando a sua satisfação por verificar que hoje há “uma maior consciência dos direitos dos consumidores” com reflexos benéficos “na qualidade da oferta empresarial”.

Para assinalar o Dia do Consumidor, o Governo aprovou um diploma que proíbe os operadores de telemóvel de cobrarem taxas após o período de fidelização. Para além do carácter simbólico desta iniciativa, que efeitos práticos terá?

Este diploma tem efeitos práticos manifestos, na medida em que proíbe a cobrança de qualquer quantia pelo desbloqueamento de telemóveis e de outros equipamentos destinados ao acesso a serviços de comunicações electrónicas, após o período de fidelização.

Sem esta medida, no caso específico dos telemóveis, terminado que fosse o período de fidelização, poderia ser cobrada uma taxa que variava entre 50 e 116 euros para o desbloqueamento do equipamento. Com este diploma, não poderá ser cobrada qualquer quantia superior a 50% do valor pago aquando da aquisição do equipamento.

Com esta redução dos custos relacionados com a mudança de operador, corrige-se um dos entraves a uma maior concorrência no sector das comunicações electrónicas em Portugal.

Nestes últimos cinco anos, o Governo socialista aprovou importante e corajosa legislação de defesa dos direitos do consumidor, a vários níveis e em diversas áreas, que mexeu com poderosos interesses. Quer destacar algumas dessas medidas que avançaram pelas suas mãos?

A actuação ao nível da política da defesa do consumidor é determinada sobretudo pela identificação de assimetrias de poder económico no mercado, de graus de incumprimento da legislação em vigor, dos níveis de insatisfação dos consumidores e da opacidade nas relações jurídicas.

Neste sentido, estabelecemos alguma actuação ao nível do sector da banca e dos seguros, bem

como ao nível dos fornecimentos de bens e as prestações de serviços que pusessem em causa a saúde e a segurança dos consumidores.

Destaco a actuação ao nível da introdução de transparência nas relações de consumo e na formação dos preços dos bens. Por exemplo, a proibição dos arredondamentos em alta no crédito ao consumo e à habitação, o limite para o valor a pagar aquando da amortização do crédito à habitação, a obrigatoriedade na indicação da TAEG, o estabelecimento de regras para a informação dos preços das viagens aéreas, e o estabelecimento de prazos nos seguros para a assunção da responsabilidade das empresas em caso de sinistro automóvel.

E, caro, destaco igualmente a criação da ASAE e o Livro de Reclamações. Em quatro anos foram registadas mais de 618 mil reclamações, com uma tendência progressivamente crescente. São números que nos dão indicação sobre a progressiva consciencialização dos cidadãos quanto à sua condição de consumidores.

O que tem sido feito para travar a publicidade enganosa que tem como principal alvo os mais idosos e menos esclarecidos?

O regime das práticas comerciais desleais, que integra questões relacionadas com a publicidade enganosa, consagra especificamente práticas comerciais que sejam susceptíveis de distorcer o comportamento económico de consumidores particularmente vulneráveis. Estatui igualmente contra-ordenações para infracções que se verifiquem a este nível.

Trata-se de uma transposição de uma directiva comunitária que se encontra em pleno funcionamento no nosso ordenamento jurídico. Cabe à Direcção-Geral do Consumidor e à ASAE actuarem na fiscalização destas práticas.



Que acções tem levado a cabo a sua Secretaria de Estado, para além da legislação produzida, no sentido de sensibilizar os consumidores para os seus direitos?

Actuamos permanentemente ao nível da informação, formação e educação dos consumidores. Desenvolvemos campanhas de informação que prestam aos consumidores maior conhecimento dos seus direitos. Com vista à celebração do Dia Mundial dos Consumidores, por exemplo, foi efectuada uma campanha de informação e comunicação nos media e nas caixas multibanco, com a participação de 49 Centros de Informação Autárquica ao Consumidor, oito Centros de Arbitragem de Conflitos de Consumo e 18 Governos Cívicos.

Destaco ainda a nossa actuação ao nível da formação ao consumidor. O nosso objectivo é, também, promover práticas de consumo responsáveis, actuando, por exemplo, através Gabinete de Orientação ao endividamento dos Consumidores, que presta apoio preventivo ao endividamento dos consumidores.

Que balanço faz da actuação da ASAE?

Em quatro anos de existência a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica tornou-se conhecida como a polícia dos consumidores. É um reconhecimento nacional. Analiso a sua actuação

“As decisões de consumo e de poupança são essenciais ao bom funcionamento da macroeconomia. À política pública cabe garantir a transparência do mercado, a regulação eficaz e a fiscalização do exercício de uma concorrência saudável e equilibrada”

seja ao nível do seu desempenho directo na fiscalização das actividades económicas, seja no seu efeito indirecto impulsor de maior qualidade em algumas ofertas empresariais. Nesse sentido, a minha avaliação só pode ser muito positiva.

Pode-nos dizer quais as principais prioridades deste organismo para os próximos tempos?

A ASAE tem por missão a fiscalização e prevenção do cumprimento da legislação reguladora das actividades económicas. Com estes objectivos estratégicos a sua

prioridade de acção é no sentido de assegurar acções de inspecção e fiscalização, contribuir para a prevenção da saúde pública e defesa do consumidor e melhorar a avaliação e comunicação de riscos da cadeia alimentar, bem como a eficiência e qualidade da sua actuação.

No que respeita à modernização do comércio, nomeadamente o local, foram muitos os apoios concedidos. Que efeitos práticos já se sentiram?

É nossa preocupação central disponibilizar incentivos de modernização do pequeno comércio apoiando a sua urgente adaptação qualitativa.

Neste sentido, lançámos o Sistema de Incentivos Modcom, financiado exclusivamente através de fundos nacionais. Trata-se de um incentivo financeiro a micro, pequenas e médias empresas, que apoia, resumidamente, lojas individuais e conjuntos de modernização comercial, lojas em rede e estruturas associativas do sector do comércio com vista à promoção dos centros urbanos. Nas quatro fases anteriores do MODCOM foram já seleccionados cerca de 4 mil projectos empresariais e associativos, e disponibilizado um total de 114 milhões de euros a fundo perdido para a revitalização do comércio tradicional.

Mas quero também destacar a iniciativa MERCA, pensada em parceria com a CCP e concretizada no âmbito do QREN, para o período 2008-2013. Trata-se de uma iniciativa que envolve sistemas de incentivos no valor de 100 milhões de euros, dirigidos para a requalificação e modernização do tecido empresarial e uma linha de crédito, designada de Comércio Investe, de 200 milhões de euros em condições muito vantajosas para os empresários do sector.

Estão previstas mais medidas no curto prazo?

Neste momento encontra-se em curso a quinta fase do MODCOM, com uma dotação de 20 milhões de euros. A fase de candidaturas terminou no passado dia 12 de Março, tendo sido recepcionadas 2143. Trata-se de um número recorde em comparação com as fases anteriores do programa que tiveram dotação financeira semelhante. Mesmo comparando com a quarta fase, que teve uma dotação de 50 milhões de euros, nesta quinta fase, foram recepcionadas apenas menos 190 candidaturas. São números que espelham, de forma segura, a adequabilidade do programa às necessidades das pequenas unidades de comércio.

Casamento homossexual

PS não tem dúvidas sobre constitucionalidade do diploma

O Tribunal Constitucional (TC) vai pronunciar-se pela constitucionalidade das normas do diploma aprovado pela Assembleia da República que permite o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. Esta é a convicção do PS expressa por Vitalino Canas, em conferência de Imprensa, dia 14, no Largo do Rato, numa reacção à decisão do Presidente da República de requerer ao TC a fiscalização preventiva da proposta de lei do Governo aprovada no Parlamento.

O DIRIGENTE socialista referiu que “é sabida a divergência que existe entre o PS e o Presidente da República sobre a questão do casamento entre pessoas do mesmo sexo”, mas salientou que essa discordância política “não está obviamente em causa, tal como não está em causa a possibilidade de o TC se pronunciar sobre as normas do diploma cuja fiscalização foi solicitada”.

Vitalino Canas sublinhou que os socialistas “não têm dúvidas sobre a constitucionalidade”, das normas do diploma que Cavaco Silva requereu a fiscalização preventiva junto do TC, sustentando que “se algum problema de constitucionalidade existe é a situação que temos hoje, que discrimina pessoas. É uma situação que viola porventura a Constituição da República”.

O membro do Secretariado Nacional do PS salientou, por outro lado, que o Presidente da República não suscitou a fiscalização da constitucionalidade de uma das normas do diploma sobre a proibição de

adopção de crianças por casais do mesmo sexo.

“Alguns sectores suscitaram dúvidas sobre a constitucionalidade dessa norma, mas, pelos vistos, o Presidente da República não tem dúvidas sobre ela e o PS também não tem”, disse.

Socialistas recusam adiar votação do PEC

Na mesma conferência de Imprensa, o PS recusou também a hipótese de retirar o seu projecto de resolução sobre o Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) e a possibilidade de adiar a votação deste diploma marcada para 25 de Março, numa resposta à exigência feita pelo candidato à liderança do PSD, Pedro Passos Coelho, no congresso deste partido em Mafra, para que se adie 15 dias o envio do documento para Bruxelas.

O dirigente socialista Vitalino Canas recordou que o agendamento para dia 25 “teve o consenso de todos os partidos, incluindo o próprio



PSD”, considerando que estamos perante “mais uma manifestação de incoerência do PSD, que quer agora suscitar a dúvida sobre a data em que o PEC deve ser discutido e se deve ser votado no Parlamento”.

Neste contexto, Vitalino Canas referiu que “o próprio PSD já criticou o Governo por, alegadamente, se ter atrasado na apresentação do PEC”.

“Não houve atraso do Governo, mas haveria atraso se fôssemos atrás das ideias do PSD, que, pelos vistos, pretende condicionar o interesse nacional com a aprovação do PEC à sua vida interna”, acusou o dirigente socialista.

Além de não aceitar adiamento da data de discussão do PEC, como propôs Pedro Passos Coelho, o PS também recusou a possibilidade de retirar o seu projecto de resolução, como sugeriu Paulo Rangel.

Segundo Vitalino Canas, a apresentação de um projecto de resolução anexo ao PEC “tem um precedente que foi concretizado pelo PSD” em 2003 no Governo liderado por Durão Barroso, iniciativa em relação à qual “o PS colaborou”.

E defendeu que “é muito importante que o PEC seja entendido em Bruxelas como um plano do país e não do Governo”, sendo para isso “necessário consenso entre as principais forças políticas e esse consenso deve ser revelado no âmbito da Assembleia da República”.

O dirigente socialista frisou que o PEC “terá tanto mais força quanto mais ele for legitimado pelas principais forças do país”.

Claustrofobia democrática no interior do PSD

Por outro lado, o PS acusou

o PSD de ter aprovado no congresso de Mafra uma proposta de alteração aos seus estatutos que introduz a “lei da rolha” de cariz “estalinista”, impondo na sua organização interna um clima de “claustrofobia democrática”.

Vitalino Canas reagiu assim à proposta aprovada na reunião magna do PSD que pune com suspensão até dois anos ou expulsão os militantes que critiquem a linha oficial do partido 60 dias antes de qualquer acto eleitoral.

“Fiquei incrédulo e estupefacto quando tomei conhecimento dessa alteração estatutária. A confirmar-se essa alteração estatutária, quase 36 anos após o 25 de Abril de 1974, estaremos perante uma verdadeira lei da rolha, uma lei estalinista implementada por um partido democrático”, afirmou.

Para o dirigente nacional do PS, a alteração estatutária aprovada pelos congressistas laranja “é insólita” e “é possível que nem sequer exista em outros partidos”, sublinhando que “no PS não existe isso, nem existirá e, se alguém quisesse que existisse, muitos de nós lutaríamos contra uma norma estatutária com essa natureza”.

E referiu que depois de nos últimos tempos o partido liderado por Ferreira Leite ter vindo a sustentar haver claustrofobia democrática, afinal o que agora se conclui agora “é que a claustrofobia democrática existe dentro do PSD e não do país”. J. C. B.

Parlamento aprovou proposta do Governo do OE/2010

COM os votos favoráveis do PS e a abstenção dos partidos da direita, e após mais de 10 horas de debate, foi aprovado em votação final global o Orçamento do Estado para 2010.

O líder parlamentar socialista saudou a posição do PSD e do CDS, classificando-a como de verdadeiro “espírito de compromisso”, não deixando de criticar os partidos à esquerda do PS, que na sua opinião assumiram, em contrapartida, perante o OE 2010, um posicionamento de puro “dogmatismo ideológico”.

Para Francisco Assis, a viabilização deste documento é “da maior importância”, reforçando a ideia de que a abstenção dos partidos da direita “permitiu desfazer a dúvida de que se estava a caminhar para um irresponsável governo de assembleia”.

De facto, como acrescentou, a viabilização do Orçamento do Estado representa, desde já, “um bom sinal” sobretudo na perspectiva de um Governo com maioria relativa poder



cumprir até ao fim o seu mandato.

A propósito da aprovação do OE, Francisco Assis salientou ainda a necessidade de haver mais “espírito de compromisso na democracia portuguesa”, defendendo que “nenhuma democracia consegue sobreviver se não houver capacidade de compromisso”.

Infelizmente, como recordou, “o insulto e o recurso à exploração de paixões primárias” pode ajudar à “degradação das instituições democráticas”, lamentando, por isso, que a vida política portuguesa esteja actualmente exposta a “um excesso de conflitualidade”.

O debate político, defendeu ainda o dirigente socialista, não pode ser entendido como se fosse uma guerra civil, alertando para a urgência de se combater a ideia “que infelizmente foi fazendo o seu caminho”, que um compromisso político “é um negócio espúrio”.

Para o líder parlamentar socialista tanto o BE como o PCP, ao terem assumido uma posição “de pretensa pureza ideológica”,

continuam a revelar uma “obstinação dogmática”, que lhes impede de acompanhar “as mudanças ocorridas no mundo”.

São portadores, disse ainda Francisco Assis, de uma “utopia negativa”, sustentada em princípios “sem qualquer ligação à realidade” optando ambos por viver “num gueto ideológico”, uma vez que, em sua opinião, tudo o que se situe para além dos seus quadros mentais é “considerado neoliberalismo”.

Também o ministro dos Assuntos Parlamentares, Jorge Lacão, se referiu à aprovação do OE/2010, saudando o facto de os trabalhos de discussão do Orçamento do Estado terem decorrido num clima construtivo, considerando que o documento, apesar das alterações introduzidas pela oposição, corresponde “no essencial” às opções apresentadas pelo Governo.

O diploma seguiu entretanto para Belém, tendo o Presidente da República 20 dias para o promulgar ou vetar. R.S.A.

Comissão de Inquérito

PS acusa PSD de querer fazer chicana política

É PARA fazer “chicana política” que o PSD quer usar a Comissão Parlamentar de Inquérito ao alegado envolvimento do Governo na intenção de compra da TVI pela PT. A acusação foi feita, no dia 23, pelo vice-presidente da bancada parlamentar socialista, Ricardo Rodrigues, que manifestou indignação por ser “a primeira vez que na história da democracia um grupo parlamentar ousa chamar um primeiro-ministro a uma comissão parlamentar de inquérito. O PS nunca pensou que o PSD fosse tão longe e ousasse chamar o primeiro-ministro”.

Falando na primeira reunião desta comissão, Ricardo Rodrigues exigiu a presença de Manuela Ferreira Leite “para provar as acusações” contra José Sócrates, denunciando o facto de o PSD pretender “misturar justiça e política” e querer transformar a comissão “num tribunal”.

Segundo o deputado do PS, “o que se passa é que não acreditam nele, mas não deviam ter que sujeitar o primeiro-ministro de Portugal, eleito pelos portugueses, a vir a uma comissão de inquérito”.



Na reunião, Ricardo Rodrigues sugeriu ainda que todos os deputados declarassem “quanto ganham” ou se têm “alguma participação” noutros grupos de comunicação social.

O deputado do PS defendeu que “o negócio feito ou não feito [compra da TVI] pode ter beneficiado outros grupos de Comunicação Social” e considerou que seria relevante saber se algum deputado tem interesses ou participações nesses grupos.

Recorde-se que no dia 17, na AR, durante a discussão sobre a criação da comissão de inquérito, o ministro dos Assuntos Parlamentares, Jorge Lacão, pediu a presença de Ferreira Leite na comissão para “fazer a prova das calúnias que até agora disse, para sabermos quem falou verdade nesta Assembleia da República”.

O ministro acusou a comissão de ter um “propósito inquisitorial”, incluindo-a num “rol

de tentativas frustradas conta os principais dirigentes do PS”, recordando que “desde António Guterres, passando por Ferro Rodrigues e José Sócrates, sucedem-se múltiplas tentativas de assassinio de carácter para as quais tem valido tudo”.

Por sua vez, o líder do Grupo Parlamentar do PS, Francisco Assis, referiu estarmos perante “uma campanha caluniosa contra José Sócrates”, adiantando que “vamos estar atentos na comissão, já que quem acusa tem de fazer prova das acusações”.

O que vai estar em causa, frisou Assis, “é saber se os senhores deputados quando fazem acusações as fazem com fundamento ou da forma mais ignominiosa possível”. E afirmou ainda estar convicto de que “esta comissão, que não concorre para a dignificação da vida parlamentar, é inútil do ponto de vista do apuramento da verdade”.

“Lei da rolha” laranja fere democracia

Também no dia 17, na AR, o

PS, partido da liberdade, pela voz do seu deputado Ricardo Rodrigues denunciou o “grave atropelo à democracia” que constitui a “lei da rolha” aprovada no último congresso do PSD, em Mafra, que pune com sanções que podem ir até à expulsão os militantes laranja que critiquem a linha oficial deste partido dois meses antes dos actos eleitorais.

“Quem entre os seus impõe a lei do silêncio, o que faria se estivesse no poder?”, questionou o vice-presidente da bancada do PS, lembrando as palavras de Ferreira Leite que chegou a defender há uns tempos as virtudes de uma eventual suspensão da democracia por seis meses para se fazerem reformas.

Numa curta mas assertiva declaração política, Ricardo Rodrigues considerou ainda que a norma adoptada pelo PSD “fere a democracia” e, por isso, deve “merecer um debate”.

E afirmou estar convicto de que “os portugueses saberão reagir a este tipo de atropelo à democracia”. J.C.C.B.

Melhorar as condições laborais dos profissionais dos espectáculos

A PROMOÇÃO da celebração de contratos de trabalho para os profissionais do espectáculo, através do reforço da fiscalização, a criação de um sistema progressivo e equilibrado de descontos para a Segurança e a certificação do sector cultural são as principais linhas do projecto-de-lei apresentado pela vice-presidente do Grupo Parlamentar do PS, Inês de Medeiros, numa sessão pública que teve lugar no dia 15, no Palácio do Marquês de Pombal, em Lisboa.

Perante uma plateia onde se encontravam associações e personalidades representativas do sector cultural, a actriz e deputada do PS referiu que o diploma propõe-se introduzir “alterações e aperfeiçoamentos” ao regime jurídico em vigor no sentido de “potenciar a celebração de contratos de trabalho no sector e promover a valorização dos seus profissionais”.

Segundo Inês de Medeiros, as alterações ao regime dos contratos de trabalho contidas no projecto-lei visam adequar o estatuto especial de técnicos e artistas dos espectáculos com “um trabalho descontínuo e em horários irregulares”, criando um regime de Segurança Social específico aplicável a estes trabalhadores da cultura, um registo nacional de profissio-



nais do espectáculo e “combater eficazmente os recibos verdes”.

No que respeita à Segurança Social, o diploma prevê que os profissionais deste sector que promovem ter trabalhado 450 dias em 36 meses têm direito a subsídio de desemprego e a subsídio social se tiverem trabalhado 180 dias em 18 meses. Todos os profissionais ficam obrigados a descontar para a Segurança Social apenas durante o período em que trabalham.

Relativamente aos empregadores, o projecto-de-lei estabelece que caso não façam prova de que 85% dos contratos foram celebrados com os profissionais do espectáculo

deixarão de poder contar com o apoio directo ou indirecto do Estado durante três anos.

O documento que entra agora já em discussão pública prevê ainda um subsídio de reconversão profissional que poderá ascender aos cinco mil euros.

Um dos pontos que Inês de Medeiros sublinhou no diploma foi o da certificação dos profissionais do Sector das Actividades Artísticas, Culturais e de Espectáculo.

Esta certificação deverá ser feita no prazo de 60 dias, bastando para isso que o profissional tenha trabalhado 365 dias em três anos. Terá uma validade de cinco anos.

A certificação, explicou a deputada socialista, será um instrumento de cálculo estatístico essencial para o sector cultural e deverá ter ainda em conta “uma acção de formação contínua, até porque é um sector em evolução constante”. Válida para artistas e técnicos, a certificação é um modelo que se inspira no regime francês.

Antes da sessão, Inês de Medeiros realçava que o projecto do PS “beneficia francamente o trabalhador e cria um sistema progressivo e equilibrado de descontos”.

LELLO FELICITA VITÓRIA SOCIALISTA NAS REGIONAIS DE FRANÇA

O PS endereçou aos socialistas franceses uma calorosa felicitação pela “esmagadora vitória” alcançada nas eleições regionais do passado dia 21 de Março, considerando que este triunfo “inspirador” representa um bom sinal para o futuro da França e da Europa.

Numa carta assinada pelo secretário nacional para as Relações Internacionais e enviada à primeira secretária nacional do PS francês, e presidente da Câmara de Lille, Martine Aubry, José Lello realça sobretudo o facto desta vitória contribuir para o reconhecimento do papel desempenhado pelos socialistas na Europa, como fiéis “depositários dos valores da solidariedade, do progresso, da tolerância e da boa governação”.

“Felicito-te pela estratégia de vitória do Partido Socialista, que em conjunto com outros partidos de esquerda”, uma vez que, refere José Lello na missiva, foram capazes de assumir “uma atitude construtiva de cooperação para enfrentar os desafios políticos do presente”.

O secretário nacional do PS para as Relações Internacionais salienta ainda a vontade de se aprofundarem os laços “já tão fortes” que os unem ao PS Francês enviando em seu nome e, “principalmente do nosso secretário-geral, José Sócrates, bem como de todos os membros do Partido Socialista as mais sinceras e calorosas felicitações para ti e para o futuro do PS”.

A grandiosa vitória alcançada pela coligação “esquerda solidária”, formada pelos socialistas e ecologistas, que ganhou 21 das 22 regiões metropolitanas de França, traduziu-se em números pela obtenção de uma percentagem de votos, a nível nacional, de 53%, contra apenas 34% conseguidos pela coligação dos partidos da direita liderada pelo UMP do Presidente Sarkozy. R.S.A.



OPINIÃO



ARTUR PENEDOS

A “asfixia democrática”, causa que ultimamente tem orientado a existência do PSD, pelos vistos, abateu-se sobre o Congresso do partido e inspirou dirigentes, ex-dirigentes e putativos futuros dirigentes para o grande combate contra os militantes que se revelem contra as directrizes do partido

O CONGRESSO DO PSD E AS ALTERAÇÕES AOS ESTATUTOS NECESSIDADE OU... SIMPLES MANOBRA DE DIVERSÃO?

A 13 e 14 de Março, o país viveu um momento de grande suspense político, nomeadamente com a realização do Congresso do PSD e com as expectativas, legítimas, dos portugueses, sobre as soluções que um partido do “arco do poder” teria para apresentar.

Fizeram-nos crer que os candidatos no terreno, quatro, poderiam sair de cena (para que o professor “D. Sebastião como lhe chamaram os seus companheiros”, pudesse, sem esforço ou confronto, assumir a presidência do partido) ou, no pior dos cenários, que surgissem mais candidatos.

Não tanto por, eventualmente, haver alguém mais credível, mas por causas meramente táticas que, objectivamente, poderiam levar à divisão de votos e, desse, modo, a um resultado eleitoral diferente do esperado.

Juntar todos os candidatos à liderança do partido, assumidos ou não, em tão badalada reunião magna – a dez dias da eleição do novo líder – era algo que obrigaria, mesmo o mais céptico dos cidadãos, a acreditar que poderiam surgir novas ideias e novas propostas de solução para os problemas com que o país e o mundo se debatem e, por isso, fixar-se em frente ao televisor para conhecer, em primeira mão, as soluções ambicionadas era exigência de cidadania.

Nada de novo foi apresentado aos congressistas, ao congresso e ao país

Infelizmente para os portugueses, as expectativas geradas nos últimos meses pelos social-democratas, saíram goradas e nada de novo foi apresentado aos congressistas, ao congresso e ao país.

A “asfixia democrática”, causa que ultimamente tem orientado a existência do PSD, pelos vistos, abateu-se sobre o Congresso do partido e inspirou dirigentes, ex-dirigentes e putativos futuros dirigentes para o grande combate contra os militantes que se revelem contra as directrizes do partido, mas ... só nos 60 dias anteriores a um acto eleitoral!

Aprovada a alteração proposta por Santana Lopes (que alguns responsáveis do PSD vieram já dizer ter sido um acto apressado do congresso e quiçá, pouco reflectido do autor da proposta), uma interrogação se coloca.

Poderão os portugueses contar com o PSD para enfrentar os desafios com que se debate o país, ou o congresso não passou de mais uma brincadeira?

A nossa dúvida é consequência lógica das posições que os mais destacados membros do partido assumiram logo após a aprovação da norma – talvez resultem do “ruído” que provocaram na opinião pública e da condenação que sofreram – que carece de explicação, para que se saiba se estamos, ou não, perante um acto de hipocrisia ou, coisa mais grave, de um acto de incontrolada incapacidade dos dirigentes passados, presentes e futuros, para gerir os destinos do próprio partido.

Mas, pelos vistos, há quem divirja dos que já não querem a norma aprovada e

esses, ou estão de saída e são capazes de assumir as suas responsabilidades (casos de Manuela Ferreira Leite) ou acreditam que ainda não chegou a sua hora (casos de Morais Sarmento) e, por isso, deixam andar, porque o que melhor parece servir a sua estratégia são casos como este, a designada “Lei da rolha” no seio do partido.

A “asfixia democrática” abateu-se sobre o Congresso

Os restantes, os que pretendem liderar desde já o partido, terão ficado assustados com a contestação geral – como diz Santana Lopes, “no congresso, calaram-se, mas à saída disseram estar indignados” – e, para evitar danos eleitorais, assumiram, hipocritamente, a rejeição da norma.

Digo hipocritamente, porque não me parece aceitável que o PSD, que pretende ser alternativa de poder, queira fazer crer ao país e aos portugueses que houve um engano, que não queria impor a “Lei da rolha” aos militantes, que se tratou de um mero equívoco.

Recordo que votaram 530 delegados e que, como exigem os estatutos, a proposta foi aprovada por mais de 3/5 dos votantes (eram necessários 318 votos favoráveis e foram alcançados 352!).

Este comportamento não me parece muito recomendável, direi mesmo que é verdadeiramente inaceitável e impróprio porque, em última análise, trata os portugueses como ignorantes.

Alguém desconhece a natureza e qualidade dos delegados aos congressos dos partidos? Alguém acredita que pode levar-nos a pensar que os delegados são simples aderentes ou simpatizantes do partido?

A desculpa não é tolerável. Os delegados aos congressos, por norma, são as pessoas mais activas dos partidos. São os que mobilizam e dão vida aos partidos. Pela sua acção diária, acabam por ser determinantes nas escolhas do próprio partido.

O que têm para nos oferecer é a “bagunça” e a “redução da liberdade de expressão”

Ora, se como nos querem fazer crer, não houve identificação entre candidatos e militantes em matéria de “Lei da rolha”, só nos resta uma de duas conclusões:

Ou os candidatos que se perfilam são hipócritas, coisa em que não queremos acreditar, e então não servem para comandar os destinos do partido e muito menos os do país, ou o líder do partido que sair das próximas eleições directas vai ter necessidade de “trocar” de militantes, isto é, da sua base de apoio, porque, afinal, os que lá estão nada dizem aos candidatos ou, pior, não há nada que os identifique.

Num cenário destes, cuidem-se os portugueses porque, como dizem alguns dos mais altos responsáveis do PSD, o que têm para nos oferecer é a “bagunça” e a “redução da liberdade de expressão”.

Assis debate situação política em Rio Maior



PARA debater diversos tópicos relativos à actual situação política nacional, o presidente do Grupo Parlamentar do PS, Francisco Assis, vai estar presente numa conferência no dia 26, pelas 21 horas, na Bi-

blioteca Municipal de Rio Maior.

Esta iniciativa, aberta a toda a sociedade civil, está inserida no ciclo de conferências “Novos Desafios, Novas Respostas”, da responsabilidade do Gabinete de Estudos

do PS/Rio Maior, coordenado pelo camarada João Sequeira, e tem como objectivo promover a discussão pública, reflectir sobre a situação política do país e projectar um olhar sobre o futuro.

Impacto Laboral do Tratado de Lisboa em debate

O “IMPACTO Laboral do Tratado de Lisboa” é o tema de um debate promovido em conjunto pela Concelhia de Odivelas e pela nova Secção Temática do PS Europa e Activismo, no dia 25, pelas 21h30, na Casa da Juventude, que contará com a presença do secretário de Estado da Segurança Social, Pedro Marques, do líder da UGT, João Proença, e da sindicalista Rhonda Donaghey, dirigente do SIPTU, um sindicato da área dos serviços, indústria, profissionais e



técnicos de quase todas as áreas económicas da República da Irlanda.

Este debate é realizado no âmbito das sessões Europe Talks e faz parte do Roadshow “O Tratado de Lisboa, consequências para o

nosso quotidiano”.

O Roadshow consiste num ciclo de debates sobre questões europeias que a Secção Temática do PS Europa e Activismo está a realizar nas várias concelhias da FAUL.

res publica
FUNDAÇÃO

Convite

A Fundação Res Publica, convida V. Exa. para o lançamento da Revista Finisterra n.º 67/68 subordinada ao tema “O efeito Obama e o futuro da democracia planetária”.

A apresentação da Revista será feita por Francisco Assis, Augusto Santos Silva e Fernando Pereira Marques.

A apresentação terá lugar no próximo dia 31 de Março, pelas 18 horas, na Livraria Parlamentar da Assembleia da República.

Agradece-se a confirmação da presença para o endereço finisterra@fundacaorespublica.pt.

Fundação Res Publica
email geral@fundacaorespublica.pt

A Fundação Res Publica

Regras do subsídio de desemprego vão mudar

INCENTIVAR os desempregados a ter uma atitude mais pró-activa na procura de trabalho, nomeadamente aceitando as ofertas propostas pelos centros de emprego, é uma das medidas que o Governo vai implementar ainda este ano, no âmbito das alterações que pretende introduzir às regras de atribuição do subsídio de desemprego em sede de concertação social.

“Todas as medidas que permitam apoiar os desempregados a voltar ao mercado de trabalho são, para o Governo, objectivo prioritário”, disse, no dia 15, a ministra do Trabalho e Solidariedade Social, Helena André, acrescentando que algumas das acções para apoiar os que estão sem emprego, tomadas na sequência da crise económica, podem ter um “efeito perverso”.

É que, explicou, “num momento em que os números do desemprego continuam a ser elevados e quando existem necessidades de mão-de-obra em vários sectores da nossa economia, não podemos continuar com este paradoxo de existirem muitas pessoas desempregadas e ao mesmo tempo postos de trabalho que não são preenchidos”.

Helena André afastou liminarmente a possibilidade de retirada de apoios e sublinhou que esta é uma “questão de discussão no âmbito do subsídio de desemprego se algumas das medidas previstas são ou não encorajadoras para o retorno ao mercado de trabalho”,



sendo este o ponto de partida para a discussão”.

Segundo recordou a ministra, o subsídio de desemprego é um “subsídio transitório”, e, como tal, afirmou estar convicta de que “não há ninguém que esteja a receber este subsídio e que pretenda com mais veemência a possibilidade de voltar ao emprego”.

“Depois da análise que fizemos entendemos que algumas destas medidas têm um efeito perverso, caso este efeito se confirme, teremos que fazer tudo para que ele deixe de existir”, disse.

A possibilidade de recusar emprego com a justificação de que o salário oferecido não é suficientemente atractivo é uma das medidas “a ser revista”, adiantou Helena André, esclarecendo que, apesar de

estar decidido que as novas regras “são para aplicar em 2010”, não existe ainda uma data porque as propostas não foram ainda discutidas com os parceiros sociais.

Helena André, que falava aos jornalistas à margem de uma cerimónia de lançamento da primeira pedra de um Centro de Dia na freguesia do Monte de Caparica, em Almada, frisou ainda que “todas as medidas que permitam apoiar os desempregados a voltar ao mercado de trabalho são para o Governo objectivo prioritário”.

Isso implica, na opinião da ministra, “que olhemos de novo para algumas das medidas que estão previstas no subsídio de desemprego e isso faremos, obviamente, com os parceiros sociais em sede de concertação social”.

Em marcha novo modelo de gestão e financiamento de rodovias

PARA concretizar o novo modelo de gestão e de financiamento do sector das infra-estruturas rodoviárias, o Governo aprovou sete diplomas que alteram as bases das concessões da concepção, projecto, construção, financiamento, exploração e conservação dos lanços de auto-estrada e conjuntos viários associados, designadamente as concessões Costa de Prata, Scut Grande Porto, Scut Norte Litoral, Scut Beira Litoral e Beira Alta, Grande Lisboa e Norte.

Segundo o comunicado do Conselho de Ministros do passado dia 11 de Março, com as alterações introduzidas, nos casos em que existam ou venham a existir pagamento de portagens pelos utentes, a Estradas de Portugal, SA (EP) passa a ter o direito de receber as receitas das taxas de portagem devidas nas concessões abrangidas.

A remuneração às concessionárias passa a ser feita através do pagamento pela disponibilidade das redes viárias que estas colocam ao serviço dos utentes.

Relativamente a algumas con-



cessões SCUT onde não havia pagamento de portagem por parte dos utentes (Concessão Scut Costa de Prata, Concessão Scut Grande Porto e Concessão Scut Norte Litoral), introduz-se agora a possibilidade de cobrança de portagens aos utentes, revertendo a receita das mesmas para a EP.

No que diz respeito à Concessão Scut Beira Litoral e Beira Alta, o decreto-lei aprovado em Conselho de Ministros não prevê que os utentes passem a pagar portagens.

Quanto à Concessão Grande

Lisboa e à Concessão Norte, nas quais existem já pagamentos de portagens pelos utentes, com o novo modelo, a EP passa a receber os montantes dessas portagens e a efectuar pagamentos por disponibilidade das vias às concessionárias.

Entretanto, refira-se que a Assembleia da República aprovou, no dia 12, com os votos favoráveis da bancada socialista e a abstenção do PSD e CDS, a possibilidade de introdução de portagens nas auto-estradas SCUT.

OPINIÃO



LUÍS MIGUEL FERREIRA
S. João da Madeira

Entre 2008 e 2009 Portugal foi o país, dos 33 avaliados, que mais progrediu no score final de Inovação

EIS, UM CONTRATEMPO À “LEI DA ROLHA”

TODOS nos lembramos do muito que foi dito quando o Governo lançou a ideia política do Plano Tecnológico. Lembro-me bem dos profetas da desgraça a alvitarem que tudo ficaria na mesma, que no país nada aconteceria, que tudo aquilo não passava de um “powerpoint” cheio de propaganda inconsequente. Aliás, de vez em quando ainda aparece um ou outro especialista em pessimismo e destruição, ao estilo “Medina Carreira”, a relembrar essa ideia de que nada de bom está a acontecer no país. Importa, portanto, sublinhar dados recentemente publicados e que demonstram impactos relevantes do Plano Tecnológico no país.

De facto, se há relatórios que, pela sua abordagem, conseguem medir com maior aproximação o que aconteceu no país no seguimento da execução do Plano Tecnológico, o European Innovation Scoreboard (EIS) é um deles. Trata-se do principal instrumento de medida do progresso dos países europeus no domínio da Inovação, uma questão-chave para a competitividade económica e para o desenvolvimento social. A última edição do EIS foi publicada pela Comissão Europeia no passado dia 17 de Março e esta edição 2009 reflecte de forma maioritária indicadores (2007-2008) influenciados pela implementação do Plano Tecnológico que foram definidos tendo por base, precisamente, os indicadores deste Ranking Europeu de Inovação. Vejamos então o que aconteceu nos últimos anos em Portugal, em matéria de Inovação, não só em termos absolutos, mas também comparativamente com o que vai ocorrendo noutros países do nosso “campeonato”.

Em 2007, neste ranking europeu, Portugal ocupava a 22ª posição no contexto da UE27. Agora, Portugal aparece em 16º, tendo ultrapassado, por exemplo, a Grécia, a Itália e a Espanha. No contexto global, em 2007 Portugal estava posicionado em 30º lugar e agora posiciona-se em 18º.

Em 2007, Portugal integrava, como sempre integrou no passado, o grupo de países em “catching-up”, uma espécie de divisão secundária em matérias de Inovação. Em 2008, Portugal integrou, pela 1ª vez, o grupo de países “moderadamente inovadores” e em 2009 manteve essa posição. Dentro deste grupo de países “moderadamente inovadores”, Portugal é considerado “líder de crescimento”.

No período temporal reportado aos últimos cinco anos, Portugal foi o 7º país da UE27 com maior progresso relativo, a um ritmo quase triplo da média da UE27. Mais: entre 2008 e 2009 Portugal foi o país, dos 33 avaliados, que mais progrediu no score final de Inovação.

Portugal conseguiu ainda outros resultados que merecem ser sublinhados: foi o país que mais progrediu no nível de investimento em I&D por parte das empresas, foi o 2º país que mais cresceu na qualificação dos seus recursos humanos e o 4º da UE27 que mais progrediu nos efeitos económicos da inovação. Foi ainda o 2º país que mais cresceu no registo de patentes EPO por milhão de habitantes.

Efectivamente, Portugal é hoje um país bem diferente daquilo que era antes do Plano Tecnológico. Estes recentes números publicados pela Comissão Europeia comprovam uma dinâmica de convergência de Portugal com os padrões europeus de desenvolvimento mais avançados e revelam mudanças estruturais na base da economia portuguesa. E tudo isto, ao mesmo tempo que outros números vão evidenciando uma maior competitividade externa do tecido empresarial português, confirmada, por exemplo, pelo saldo positivo da Balança de Pagamentos Tecnológica verificado, pela primeira vez, em 2007 e que continuou a mesma tendência em 2008 e 2009.

Sei bem que para alguns estes resultados não merecerão qualquer referência nem atenção. Para esses haverá sempre a tal “lei da rolha” que os impede de dizerem tudo o que lhes vai na alma, que os inibe de reconhecerem notícias positivas para o país e para os portugueses. Desta vez, porém, não será fácil! EIS, um contratempo!

Portugal sobe mais um lugar no ranking europeu da inovação

O NOSSO país está entre os 16 Estados europeus mais desenvolvidos no que respeita aos índices de inovação, investigação e desenvolvimento.

Quem o garante é o European Innovation Scoreboard, que avaliou os 27 Estados-membros da União Europeia.

Para Carlos Zorrinho, secretário de Estado da Energia e Inovação, trata-se de uma excelente notícia que vem demonstrar que as políticas e as apostas seguidas pelo Governo “estão agora a dar os resultados desejados”, provando que a sociedade portuguesa está hoje melhor preparada para os “tempos difíceis que a economia mundial nos coloca”.

Zorrinho recordou que Portugal foi nos últimos cinco anos o sétimo país que mais subiu neste ranking, facto que levou “a termos ultrapassado nesta matéria” países como a Noruega ou a Espanha, encontrando-se agora Portugal no grupo dos países “moderadamente inovadores, assumindo mesmo a sua liderança”.

A grande aposta que o país tem feito na formação dos recursos humanos representa, para este governante, um dos pontos-chave para se ter alcançado um tão significativo



grau de progresso, recordando o governante que Portugal foi o segundo país que mais progrediu na formação dos seus recursos humanos, e o que mais altos indicadores apresentou em termos do número de doutorados por mil habitantes.

Por outro lado, sublinhou ainda, “fomos também o segundo país com maior investimento das empresas, sendo o primeiro em termos de investimento de empresas em investigação e desenvolvimento I&D”.

Falando do futuro, Carlos Zorrinho sustentou que o país terá de continuar a evoluir sendo a próxima etapa passar da actual posição de líderes moderadamente inovadores para a classe seguinte, isto é “para os chamados followers”.

De acordo com o relatório tornado público em Bruxelas, e como sublinha em comunicado o Ministério da Economia, Inovação e Desenvolvimento, Portugal foi ainda o país europeu que mais progrediu no indicador relativo à despesa das empresas em I&D, o segundo que mais avançou no registo de patentes OEP (Oficina Europeia de Patentes, EPO, na sigla em inglês), e o quarto país na União Europeia a 27 que mais prosperou no grupo de indicadores relativos aos efeitos económicos de inovação. **R.S.A.**

NOVAS LINHAS DE CRÉDITO PARA ALOJAMENTO TURÍSTICO

DESTINADO à reconversão do alojamento turístico, o Governo acaba de aprovar a criação de uma linha de crédito de 10 milhões de euros, no âmbito do protocolo bancário celebrado entre o Turismo de Portugal e várias instituições de crédito.

O objectivo da criação desta linha de crédito, como esclarece o secretário de Estado do Turismo, Bernardo Trindade, é melhorar as condições das unidades de alojamento existentes que não encontrem enquadramento legal nas tipologias definidas pelo novo regime jurídico dos empreendimentos turísticos, como é o caso, por exemplo, das pensões, motéis, ou estalagens, e que, através da realização de obras, possam requalificar-se e reconverter-se numa das tipologias previstas neste diploma legal.

Bernardo Trindade recorda que este instrumento financeiro prevê que 75% do financiamento seja assumido pelo Turismo de Portugal “sem qualquer taxa de juro associada” e que os restantes 25% do montante de financiamento “seja transformado em incentivo não reembolsável”, desde que verificado o cumprimento dos prazos e requisitos de pedido de financiamento, até ao final de 2010, e de conclusão do investimento na reconversão e requalificação, até ao final de 2011. **R.S.A.**



Directores das escolas vão poder suspender alunos agressores

COM vista a combater os fenómenos de violência no ensino (bullying), a ministra da Educação apresentou uma iniciativa legislativa que reforça os poderes disciplinares dos directores das escolas para suspender preventivamente alunos que tenham provocado agressões, logo após a ocorrência do acto.

“Com essa decisão, o aluno agressor poderá ser imediatamente afastado da situação de contacto com o aluno agredido. Queremos resolver rapidamente situações de ameaça, conflito ou agressão, sem prejuízo de medidas disciplinares que se instaurem no momento em que há este tipo de situações nas escolas”, referiu Isabel Alçada.

Falando em conferência de Imprensa, no final do Conselho de Ministros do dia 11, a ministra da Educação sublinhou que a violência em meio escolar “tem vindo a diminuir”, frisando, no entanto, que “cada caso de violência tem de ser tomada como motivo de preocupação”.

Questionada pelos jornalistas sobre a possibilidade de o Governo optar também por res-



ponsabilizar os pais das crianças agressoras, Isabel Alçada defendeu que “a família precisa de ser envolvida nestes processos e a escola deve dialogar com a família”, mas, frisou, “é importante que se procurem soluções educativas”.

Para a ministra da Educação, “criminalizar a família reforçaria a conflitualidade”, sendo antes necessário que “a família e a escola actuem em conjunto para se proporcionar uma ambiente educativo de serenidade”. **J.C.C.B.**

PARES ajuda a criar 12 mil novos empregos

212 MILHÕES de euros vão permitir criar 12 mil empregos, segundo avançou a ministra do Trabalho, Helena André, na cerimónia do lançamento da primeira pedra do centro comunitário Arco-Íris da Santa Casa da Misericórdia de Almada.

“Este é um número muito significativo para um país como o nosso”, afirmou Helena André, destacando que o Governo “constrói um equipamento social, depois apetrecha o equipamento, mas essencialmente cria emprego”.

Para a titular da pasta do Trabalho, o lançamento de mais um projecto social é “o testemunho do que é uma parceria estratégica”.

“A administração central não teria capacidade de pôr no terreno qualquer equipamento social sem o apoio quer das autarquias, quer da Santa Casa, assim como das instituições sociais”, explicou, salientando que “é desta forma que podemos otimizar projectos, proporcionando sobretudo uma melhoria das condições de vida aos mais desfavorecidos”.

“Este é um desafio que cabe a todos associarmos-nos, nomeadamente, no combate ao isolamento”, sustentou Helena André.

O novo Centro Comunitário Arco-Íris da Santa Casa da Misericórdia de Almada prevê a construção de raiz de um centro integrado com creche, com capacidade para 66 lugares, e com Centro de Dia para os idosos.

O Arco Iris vai criar 24 postos



de trabalho permanentes e ainda 60 lugares para utentes, disponibilizando às famílias serviços de qualidade no acolhimento de crianças e idosos.

Este projecto representa um

investimento total de um milhão de euros e foi financiado com 600 mil euros pelo PARES (Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais).

Criado em Maio de 2006, o PA-

RES tem como objectivo o apoio ao desenvolvimento e consolidação da rede de equipamentos sociais, apostando no desenvolvimento da protecção social das crianças, dos idosos e das pessoas com

deficiência.

Desde então, foram aprovados 614 equipamentos sociais em todo o país, correspondendo a 1.060 respostas sociais e a cerca de 38.500 lugares. M.R.

Programa de Saúde Oral abrange mais crianças

AS CRIANÇAS com oito, 11 e 14 anos que já tiveram acesso ao Programa Nacional de Promoção da Saúde Oral através da escola, tendo terminado os respectivos planos de tratamento, mas que apresentem situações de cárie em dentes definitivos, vão ter acesso a cuidados dentários no ano lectivo em curso.

O Ministério da Saúde determinou recentemente o alargamento dos “cheques dentista” para crianças e jovens, através da classe “Idades Intermédias”, cujo prazo termina a 31 de Agosto.

Também terão direito a este cheque, emitido pelo médico de família, as crianças e jovens nascidos em 2001, 1998 e 1995, utentes do Serviço Nacional de Saúde, não abrangidos no ano lectivo de 2008/2009 e com situações de cárie em



dentes permanentes, que não tenham usufruído do benefício dentro da validade estabelecida.

Refira-se que o Programa da Saúde Oral prevê a prestação de cuidados de saúde a grávidas, idosos beneficiários do complemento solidário e crianças e jovens com menos de 16 anos a frequentar escolas públicas e Instituições

Particulares de Solidariedade Social.

Em circular normativa, a Direcção-Geral da Saúde (DGS) explica que em 2009 o Saúde Oral abrangeu crianças e jovens com idades inferiores a 16 anos e, tendo em conta a cronologia da erupção dentária, foram incluídas as idades de sete, 10 e 13 anos.

Telemóveis desbloqueados sem custos

COM vista a garantir os direitos dos utilizadores, proporcionar uma maior concorrência no mercado das comunicações electrónicas, estimular a mobilidade dos consumidores no sector das comunicações móveis em Portugal e aumentar a concorrência pela pressão competitiva sobre o preço dos serviços prestados, o Governo decidiu que os operadores de comunicações móveis não poderão proceder à cobrança de qualquer quantia pelo desbloqueamento de telemóveis e de outros equipamentos destinados ao acesso a serviços de comunicações electrónicas findo o período de fidelização contratualizado.

No decreto-lei aprovado em Conselho de Ministros, no passado dia 11 de Março, estabelece-se também que,



durante o período de fidelização, “não pode ser cobrada qualquer quantia superior a 50% do valor pago pelo consumidor aquando da aquisição da posse ou da propriedade do aparelho”.

O diploma estabelece ainda que o operador de comunicações móveis deve,

previamente à celebração do contrato, informar o utilizador sobre as características do equipamento, nomeadamente sobre se o mesmo se encontra bloqueado para acesso a determinada rede de comunicações e a forma e as condições do seu desbloqueamento.

Fazer o melhor por Po

Com coragem e determinação para fazer o que é melhor para Portugal, o PS continua centrado na agenda governativa e é o garante de estabilidade política no país, ao contrário de outros que tudo apostam em transformar o Parlamento numa instância de ataque pessoal. Ao encerrar a mais recente sessão do Novas Fronteiras dedicada aos desafios do triénio 2010-2013, José Sócrates garantiu não ter um minuto para a intriga, procurando antes vencer a crise, voltar ao crescimento económico, promover o emprego e equilibrar as contas públicas.

MARY RODRIGUES

PERANTE as mais de três mil pessoas que encheram por completo o auditório do Parque de Exposições de Braga no passado dia 20 de Março, José Sócrates desferiu um fortíssimo ataque às oposições e deixou claro o que diferencia o PS em relação aos adversários, afirmando que “o maior partido da oposição é a garantia da instabilidade permanente”.

“Dá-me a impressão de que por estes dias vão escolher o quinto líder desde que eu cheguei a secretário-geral. Cinco líderes em cinco anos é obra e há até já quem diga que não vão ficar por aqui”, observou Sócrates, numa referência aos social-democratas.

Depois, venceu que no PS “não há asfixia democrática nem nenhuma lei da rolha”, mas sim um debate de ideias, como o que decorreu em Braga, feito “em plena e total liberdade e com unidade”.

“Há, naturalmente, no Partido Socialista e no amplo movimento social que nos

apoia, opiniões e sensibilidades diversas. Há como sempre houve. Sempre foi assim e é assim que queremos que continue a ser”, acrescentou Sócrates, que aconselhou os “adversários” a se desiludirem porque o PS foi e será um partido “determinado, coeso e forte ao serviço do país”.

“Em nós os portugueses encontram estabilidade, confiança e responsabilidade”, frisou o líder socialista, considerando “fracos” aqueles “que se juntam em alianças espúrias, da direita à esquerda mais radical, para combater com calúnias” e que “querem transformar o Parlamento numa instância de ataque pessoal”.

Segundo o secretário-geral, a verdade é que a oposição “ainda não digeriu a ideia de que, por vontade do povo, foi o PS que ganhou as últimas eleições legislativas”.

José Sócrates criticou, assim, o facto de o PSD e o Bloco de Esquerda terem formado uma “santa aliança” que não tem outro objectivo se não procurar atingi-lo pessoalmente, atingindo tam-

bém “a honra do primeiro-ministro em funções”.

“Quero dizer a essa aliança contranatura que me encontrarão pela frente e que encontrarão pela frente o PS e todos aqueles – e são felizmente muitos – que entendem que há um limite intransponível para o puro jogo partidário. E esse limite é o respeito pelos adversários e é o respeito pelas instituições”, realçou o líder socialista para quem “esta santa aliança contranatura ficará na história do oportunismo político”.

“Triste figura a desses autoproclamados paladinos da verdadeira esquerda que na hora da verdade o que aceitam ser é uma muleta da direita nas suas campanhas contra o PS”, denunciou, lembrando que há quem diga procurar apenas “esclarecer umas quantas coisas”.

“Não estão esclarecidos porque não lhes deu jeito dar ouvidos aos esclarecimentos que foram dados. Essa aliança não se conforma com os factos”, disse, peremptório, o primeiro-ministro.



Avisando que o Governo não tem um minuto a perder com intriga política, “nem paciência para tolerar lições dos que defendem fora de portas o que não praticam em casa”, Sócrates clarificou que a agenda socialista e do Executivo se centra no país e nos problemas que este defronta, recusando o oportunismo.

“Queremos vencer a crise, retornar ao crescimento económico, promover o emprego e voltar a equilibrar as contas públicas”, afirmou, assegurando que “aqui não faltará coragem para

fazer o que for melhor para Portugal”.

Assim, frisou que a redução do défice financeiro se fará pelo lado das despesas, mas excluiu a possibilidade de um “recoo no Estado Social” como alguns auguram.

“É tempo de esforço, mas partilhado com justiça e equilibrado”, garantiu, afirmando que com o Programa de Estabilidade e Crescimento proposto pelo Governo o Estado Social em Portugal sairá fortalecido.

“Há para aí uma certa esquerda que ainda não aprendeu nada com a História,

pois uma nação endividada é menos livre”, declarou, para de seguida enfatizar que “o nosso PEC é orientado para o crescimento económico” e constitui um plano de “modernização para o futuro”.

Reconhecendo não haver “soluções fáceis” para ultrapassar a actual conjuntura nacional derivada da crise financeira mundial, Sócrates venceu, porém, que os socialistas e o Governo têm a “vontade, a determinação e o caminho”.

“Temos um mandato a cumprir, um mandato para governar segundo o nosso

“SEM ESTRATÉGIA PARA A CULTURA NÃO HÁ ESTRATÉGIA PARA O PAÍS”

CRIAR mecanismos de apoio às indústrias culturais como factores de criação de riqueza é um dos grandes desafios que enfrentarão Governo e PS até 2013, afirmou a ministra Gabriela Canavilhas ao intervir no Fórum Novas Fronteiras.

Considerando “imprescindível” reconhecer o papel “cada vez mais relevante” do sector cultural na criação de emprego e riqueza, bem como na promoção da qualidade de vida das populações e de coesão social, a governante salientou que as indústrias culturais movimentam 127 mil pessoas e, segundo dados de 2006, representam 2,8% do valor acrescentado bruto da economia portuguesa.

Gabriela Canavilhas lembrou que o PS conseguiu uma grande conquista no sector com a criação do Programa Operacional da Cultura (POC), que disponibilizou o triplo das verbas do anterior quadro comunitário.

“Temos agora nas mãos o novo desafio: Guimarães Capital da Cultura 2102, cuja estratégia muito ambiciosa se espera venha, também, a imprimir um forte

impulso na requalificação urbana e na implementação da cidade nas rotas europeias vocacionadas para as indústrias criativas”, disse, referindo de seguida os desafios do seu ministério para o futuro, a começar pelo Plano Estratégico para os Museus que irá revalorizar a política museológica, e pela revisão total dos mecanismos de financiamento do cinema e do audiovisual, já em curso.

Adiantou depois que vai ser lançado um Plano Estratégico para o Património Imaterial e criado o Estatuto dos Artistas, articulado com a lei de contratações e a protecção social dos trabalhadores do sector cultural e criativo.

Anunciou, ainda, o lançamento de um Plano de Sustentabilidade para os teatros e cine-teatros, no quadro de revisão de sistema de apoio às artes.

“Sem uma estratégia para a cultura não há uma estratégia para o país e nós temos essa estratégia: o PS já o provou no passado e continua a prová-lo no presente”, assegurou Gabriela Canavilhas.



“SOMOS UMA ESQUERDA REALISTA E EXIGENTE”

O LÍDER da bancada parlamentar do PS, Francisco Assis, afirmou convicto que “os portugueses continuam a confiar em José Sócrates”, apontando para uma certa diferença existente entre “governar e opinar, entre enfrentar os problemas e resolvê-los e enunciar meros palpites em determinadas circunstâncias”.

“Os portugueses sabem que temos um primeiro-ministro que sabe resistir às mais diversas adversidades, aquelas que são próprias das circunstâncias de quem governa e aquelas tão impróprias e tão excepcionais resultantes da forma tão ignominiosa como actualmente se faz oposição em Portugal”, declarou Assis no Parque de Exposições de Braga, onde deixou clara a ideia de que “ninguém pode governar um país se não tiver esperança no futuro desse país”.

Na sua intervenção, Assis afirmou que “o PS recusou seguir por um caminho que outros querem impor, o caminho de transformar a política num confronto inaceitável de calúnias e

de insultos, apoucando a dimensão de debate público em Portugal”.

O presidente do GP/PS garantiu que o partido faz “parte de uma esquerda séria, responsável, que não se limita a fazer grandes proclamações, que não vive no mundo dos slogans, que não vive distante da realidade”.

“Somos uma esquerda realista e exigente, que quer transformar a realidade e que a transforma dia a dia quando estamos no Governo”, referiu, dizendo ainda que os socialistas “desiludiram” aquela esquerda que acreditava que o PS não seria “capaz” de conciliar “o rigor no plano financeiro com a promoção de políticas sociais activas”.

Depois, concluiu defendendo que “o Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) configura uma resposta própria de um grande partido da esquerda democrática europeia para os problemas com que se confronta Portugal hoje”.



Portugal



preferindo uma estratégia de crise, a curto prazo, que teria consequências desastrosas, não só para a vida política, mas também para a economia portuguesa.

Na sua intervenção, Vitorino defendeu que o Governo merece aplausos por ter elaborado um Plano de Estabilidade e Crescimento que já mereceu aprovação da Comissão Europeia, do Euro Grupo, da OCDE e do FMI.

E afirmou que, tal como aconteceu em 2005, quando o Governo começou a estabilizar as contas públicas e a reduzir o défice, “o PS é o garante da estabilidade política e vai mostrar ao país que continua a ser o principal esteio sobre o qual assentará o desenvolvimento de Portugal, com justiça social”.

Para António Vitorino, a diminuição de 1% do défice das contas públicas prevista no Orçamento de Estado para 2010 é a possível, sob pena de ser criada “uma crise social grave no país”.

Por isso, rebateu a tese (dos partidos à esquerda do PS) de que o PEC acaba com as políticas de protecção social, garantindo que os portugueses continuarão a beneficiar dos necessários apoios “no quadro de uma política de criação de emprego e de desenvolvimento económico”.

“Não há deriva nenhuma nem esmorecimento de princípios”, enfatizou, para depois criticar o BE e o PCP

por se darem ao luxo de desprezar o equilíbrio das contas públicas, uma vez que não têm possibilidade de aspirar à governação

“O PEC não é uma imposição externa, nem sequer da União Europeia. É pré-condição para a retoma do crescimento económico e para a credibilidade externa do país, sem a qual não seria possível assegurar os meios financeiros necessários ao seu desenvolvimento” defendeu.

Refira-se que foram vários os governantes presentes em Braga, no Fórum Novas Fronteiras, entre os quais podem destacar-se o ministro da Economia e da Inovação, Vieira da Silva, a ministra da Cultura, Gabriela Canavilhas, o ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, António Mendonça, e o ministro da Defesa Nacional, Augusto Santos Silva, bem como o líder da bancada parlamentar, Francisco Assis, e o presidente da Assembleia da República, Jaime Gama.

O candidato às últimas eleições europeias, Vital Moreira, o secretário de Estado Adjunto e da Saúde, Manuel Pizarro, o secretário de Estado da Justiça e da Modernização Judiciária, José Magalhães, a secretária de Estado da Modernização Administrativa, Maria Manuel Leitão Marques, estiveram também neste fórum de debate sobre os desafios que enfrentará o país neste triénio.

programa e pelo qual responderemos perante o eleitorado e que exerceremos no quadro europeu”, rematou.

PEC é pré-condição para retoma de crescimento

A abrir a sessão das Novas Fronteiras realizada em Braga, a primeira após as eleições legislativas, o coordenador do fórum, António Vitorino, desafiou o PSD a dizer se quer “ser um factor de estabilidade na política portuguesa, ou se, pelo contrário vai continuar a reboque do Bloco de Esquerda”.

“CIÚME EM RELAÇÃO AO FACTOR SÓCRATES”

O QUE está em causa no futuro de Portugal é, segundo o dirigente socialista Jaime Gama, “sair ou não da crise, dentro ou fora da zona euro”.

O actual presidente da Assembleia da República notou ainda que o PEC – Programa de Estabilidade e Crescimento contribui para que Portugal se mantenha no espaço europeu.

Para Gama, o país vai manter-se na zona euro porque, face à crise internacional, o Governo tomou as soluções próprias e no tempo próprio, “para agora não ter de aceitar imposições alheias”.

E apontou o “ciúme em relação ao factor Sócrates” que os partidos da oposição têm e que se manifesta, “à esquerda, devido a uma política voltada para a justiça social e as políticas sociais, que lhes rouba espaço e, à direita, face a políticas de modernidade, competitividade e atenção às empresas e à economia”.

De seguida, criticou os métodos “truculentos” para atacar o secretário-geral do PS aos quais a Oposição tem recorrido, condenando

também o “discurso de conveniência” que pode agitar, mas que “os próprios acabam por descortinar que não traduzem a realidade”.

Jaime Gama elogiou o primeiro-ministro, José Sócrates, por ter tomado as medidas necessárias de combate à crise sem pôr em causa as políticas sociais.

A actuação governamental de combate à crise foi feita “sem ruptura das finanças públicas”, o que permite, agora, fazer face a problemas como o da dívida externa, “contraindo os empréstimos necessários nos mercados internacionais”, destacou.

Mas, agora que “o essencial foi conseguido” e que está “aberto um novo caminho”, “é necessário tempo” porque “as prioridades têm de ser bem seleccionadas”.

“O país pode contar com a força do PS, porque com os socialistas é possível não só vencer a crise, como sair ainda mais forte”, rematou.



NOVAS FRONTEIRAS DIXIT



FÁTIMA LOPES
CRIADORA DE MODA

“Precisamos de mecanismos de promoção de Portugal no mundo”
“Precisamos de um país com credibilidade para avançarmos em todas as áreas”



MIGUEL COSTA GOMES
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARCELOS

“Peço ao Governo para que incentive aqueles que auferem do subsídio de desemprego ou do rendimento mínimo a prestarem um serviço cívico à sociedade”

“Apelo ao Executivo nacional para não diminuir o esforço com a formação das pessoas nesta altura de desemprego”



DOMINGOS SILVA
DIRECTOR DA ASSOCIAÇÃO DOS INVISUAIS DO DISTRITO DE BRAGA

“Que boa ideia que este Governo teve de criar uma Secretaria de Estado da Reabilitação”
“Figuras do PS são símbolos de solidariedade”



MÁRIO RUI SILVA
ECONOMISTA

“Apesar do impacto negativo da crise financeira internacional na economia portuguesa, estes não foram cinco anos perdidos em matéria económica e de inovação”

“Nos próximos quatro anos, Portugal deve prosseguir uma estratégia de consolidação do modelo competitivo baseado no conhecimento, na inovação e na capacidade tecnológica”



TIAGO NEVES
ECONOMISTA
ESPECIALISTA NA ÁREA DAS TECNOLOGIAS AMBIENTAIS

“Portugal tem muitas oportunidades na área das novas tecnologias e das energias renováveis”

“O país apresenta grande potencial de mobilização social e de capacidade de melhoria, porque se Portugal quer, Portugal consegue”



ORLANDO MONTEIRO
BASTONÁRIO DA ORDEM DOS MÉDICOS DENTISTAS

“Só em 2008 um Governo entendeu, finalmente, a importância da saúde oral e do médico dentista e nasceu assim o cheque-dentista. Este foi um primeiro passo, mas decisivo”
“Este programa deve ser alargado a outras áreas da medicina”



MARIA DO CARMO LEITÃO
PROFESSORA DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO

“Nem todos os países têm um Governo que se lembra de apetrechar escolas com o nosso pequeno e famoso Magalhães, que permite um modo diferente de trabalhar no ensino”

“Estamos a preparar alunos para o século XXI e é com inovação que estamos a fazê-lo”



JOSÉ MANUEL MENDONÇA
DIRECTOR DO INSTITUTO DE ENGENHARIA DE SISTEMAS E COMPUTADORES, PORTO

“O desafio passa agora por aproveitar as oportunidades mundiais para transformarmos todo o investimento feito em ciência e conhecimento na nossa riqueza”

“Muitas vezes, as coisas ditas impossíveis são apenas difíceis”



FORTUNATO FREDERICO
PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE CALÇADO, COMPONENTES, ARTIGOS DE PELE E SEUS SUCEDÂNEOS

“Estamos numa fase em que, como no passado, devemos partir à descoberta de novas fronteiras”

“Obrigado José Sócrates por ter acreditado e dito que o calçado não é um sector em vias de extinção e que vencemos esse mito. Estamos a trabalhar para vencer o desafio”



CARLOS OLIVEIRA
GESTOR DA MOBICOMP

“A responsabilidade de criar uma ambição partilhada e uma estratégia para Portugal são do Governo, mas também das oposições”

“É fundamental criarmos incentivos para os que querem inovar e assumir riscos”



RAÚL OLIVEIRA
ENGENHEIRO DA IPORTALMAIS – SISTEMAS DE SOFTWARE

“Em Portugal pode fazer-se tecnologia para gigantes como a Telefónica”

“Se o sector privado apostou na nossa tecnologia, o público deve ter a coragem de o fazer também”



ANTÓNIO CUNHA
REITOR DA UNIVERSIDADE DO MINHO

“Temos o complexo desafio de saber elevar as competências dos nossos recursos humanos, mas também o desafio maior de sabermos fixá-los cá”

“Não chega sermos criativos e empreendedores, temos que ser melhores do que os outros lá fora”

Programa de Estabilidade e Crescimento recoloca contas públicas em ordem



O Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) para o período 2010-2013 é um documento equilibrado que distribui por todos o esforço nacional de recolocação em ordem das contas públicas.

O MINISTRO das Finanças, Teixeira dos Santos, garantiu que o PEC recentemente aprovado é “um documento equilibrado e justo”, que “exige um pouco mais de esforço por parte de todos”.

Teixeira dos Santos falava aos jornalistas na conferência de Imprensa que se seguiu à reunião do Conselho de Ministros extraordinário do passado dia 13 de Março, ocasião em que recordou a difícil situação da economia nacional, fruto da grave crise financeira internacional, tendo chamado a atenção para os sinais de “acolhimento” que as medidas anunciadas têm motivado, tanto dentro do país como fora.

“As primeiras reacções nacionais e internacionais são animadoras”, referiu, manifestando confiança em que os objectivos traçados no PEC 2010-2013, embora “exigentes”, são concretizáveis.

O titular da pasta das Finanças insistiu na necessidade de que “todos participem” neste esforço para voltar a colocar as contas públicas em ordem.

Segundo Teixeira dos Santos, o Programa de Estabilidade e Crescimento proposto pelo Executivo visa a redução do défice e da dívida pública, “centrando-se no controlo e na redução da despesa pública e fiscal”.

O documento detalha e desenvolve as linhas gerais entretanto apresentadas aos parceiros sociais e aos partidos políticos, focando a sua “preocupação na redução da despesa, porque entendemos que uma subida generalidade de impostos afectaria a robustez da economia”, frisou Teixeira dos Santos.

Questionado sobre a disponibilidade do Executivo para aceitar propostas de alteração vindas das forças da oposição, o governante disse que quando encetou o processo de diálogo com os partidos e demais forças, fê-lo “com espírito aberto” e, por isso, “disponível para receber sugestões que nos permitam a melhorar as soluções”.

“O PEC, sendo um documento programático, terá de se traduzir depois em iniciativas legislativas que o vão concretizar. E até a essa altura trabalharemos em diálogo e em concertação para melhorar essas medidas na sua concretização no terreno”, assegurou, para lamentar em seguida não terem sido apresentadas soluções alternativas.

Na questão dos benefícios fiscais, por exemplo, considerou “inaceitável” pretender que se façam ajustamentos apenas à custa dos funcionários públicos e dos beneficiários da Segurança Social.

“Não é legítimo pedirmos aos

outros portugueses, designadamente aos que têm rendimentos mais elevados que também dêem um contributo para este esforço?”, perguntou.

Serenar os mercados

No domínio do subsídio de desemprego, Teixeira dos Santos salientou que as medidas propostas pelo Governo (revisão da relação entre subsídio de desemprego e rendimento anterior na vida activa, com condições mais exigentes para auferir desta prestação social) ainda serão objecto de negociação em sede de concertação social.

“Pretende-se criar um estímulo para que os desempregados possam com maior rapidez voltar à vida activa. Entendemos que as condições de aceitação de oferta de emprego devem ser mais exigentes do que têm vindo a ser até agora”, clarificou Teixeira dos Santos, para quem “a relação entre o subsídio de desemprego e o rendimento anterior quando o desempregado se encontrava na vida activa deve também ser revisto no sentido de se incentivar uma postura de busca de emprego e de alternativas”.

Quanto à tributação das mais valias mobiliárias, medida também prevista no Programa de Estabilidade e Crescimento, adiantou que ela só será aplicada quando existirem sinais claros de estabilidade nos mercados financeiros.

O ministro declarou não ter qualquer problema em iniciar a

tributação das mais-valias bolsistas, “desde que haja um quadro financeiro que se encontre relativamente estabilizado”.

“É importante que fique claro que com este PEC temos de volta aos mercados a confiança e a serenidade necessária nesse domínio. A partir daí, podemos começar a equacionar essa matéria”, disse.

Todavia, Teixeira dos Santos insistiu que este ainda não é o momento para começar a tributar as mais valias.

“Quando tivermos sinais claros de que o PEC está aceite, que é um elemento que sustenta uma confiança reforçada para a estabilidade dos mercados e que afasta elementos de risco de perturbação no funcionamento dos mercados financeiros, então a todo o momento estaremos em condições de equacionar a implementação dessa medida”, disse.

Recorde-se que nos passados dias 8 e 9 de Março, a proposta de PEC do Governo foi alvo de uma consulta por parte do Governo junto das forças políticas com representação parlamentar, dos parceiros sociais, Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e governos regionais dos Açores e da Madeira.

Após receber os partidos em São Bento, o primeiro-ministro, José Sócrates, afirmou esperar que o Plano de Estabilidade e Crescimento reúna consenso político e social alargado, sublinhando que esse sentido de responsabilidade é essencial para a credibilidade externa da economia portuguesa. M.R.

PEC EM REVISTA

Redução de benefícios fiscais

A dedução específica dos pensionistas com rendimentos superiores a 22.500 euros ficará alinhada à dos trabalhadores dependentes e as deduções à colecta (saúde, educação e outras), a partir do 3º escalão de IRS (rendimentos a partir de 7250 euros por ano) passam a ter um limite que corresponderá a uma percentagem do rendimento colectável.

Novo escalão de IRS

Foi criada uma taxa de IRS extraordinária de 45% para quem auferir rendimentos acima dos 150 mil euros.

Pensionistas

Reformados que auferem mais de 22.500 euros por ano verão a sua dedução específica do IRS ser reduzida, alinhando-a com os trabalhadores dependentes.

Congelamento salarial

Até 2013 os funcionários públicos verão congelados os seus vencimentos.

Privatizações

Nos próximos quatro anos o Governo prevê arrecadar seis mil milhões de euros através de privatizações.

Entre as empresas candidatas a novas fases de privatização estão a EDP (em que a participação do Estado é de 20%), a REN (49%) e a Galp Energia (7%).

Do universo de empresas detidas integralmente pelo Estado será possível o início da alienação da TAP, dos CTT e das companhias de seguros integradas no grupo Caixa Geral de Depósitos (Fidelidade Mundial e Império Bonança).

Ajudas Sociais

As prestações sociais não contributivas (subsídio social de desemprego, abonos e complemento social para idosos, rendimento social de inserção, entre outros) não serão actualizadas até 2013, sujeitando-se a uma condição de recurso exigente (verificação de rendimentos), com o objectivo de redução do peso das despesas sociais de 21,9% para 21,4% do PIB entre 2009 e 2013.

Segurança Social

O Executivo espera recuperar 706 milhões de euros em dívidas só em 2010 e aplicar em 2011 o Código Contributivo.

Bolsa

Aumento da tributação das mais-valias em acções e outros valores mobiliários para 20%, incluindo pela primeira vez as detidas há mais de um ano.

Modcom

Mais 20 milhões de euros para o comércio tradicional

FOI um verdadeiro recorde o número de candidaturas à 5ª fase de candidaturas ao Sistema de Incentivos à Modernização do Comércio (Modcom), que disponibiliza 20 milhões de euros a fundo perdido. Com um total de 2143 candidaturas, por regiões verifica-se que o Alentejo o que constitui “um” em comparação com as fases anteriores do programa apresentou 138 projectos, o Algarve 101, a Região Centro 484, Lisboa e Vale do Tejo 428 e a Região Norte 992.

Em comunicado, o Ministério da Economia refere que em 2006 a 1ª fase do Modcom teve uma dotação de 20 milhões de euros, tendo recebido 1462 candidaturas. Na 2ª fase, com igual verba, registaram-se 1625 candidaturas. Na 3ª fase, a dotação foi de 24 milhões de euros e houve 1076 candidaturas.

Na quarta fase, com uma dotação de 50 milhões de euros, candidataram-se 2333 empresários e associações, apenas mais 190 candidaturas do que as recebidas para esta 5ª fase.

Recorde-se que o incentivo financeiro do Modcom a micro, pequenas e médias empresas contempla apoios a três tipos de acções: lojas individuais e conjuntos de modernização comercial; criação de redes comerciais de lojas, com a mesma plataforma informática e conjuntos de modernização comercial; e



estruturas associativas do sector do comércio, com vista à promoção dos centros urbanos.

Segundo o Ministério da Economia, esta 5ª fase do Modcom contemplou também uma dotação específica para projectos de jovens empresários, no valor de 3,5 milhões de euros, e para projectos oriundos de zonas rurais, na ordem dos 2,5 milhões de euros, tendo surgido 68 e 48 candidaturas, respectivamente, a cada um destes vectores.

Os projectos de investimento contarão com uma taxa de incentivo a fundo perdido de 45% das despesas no caso das lojas individuais, de 50% nos projectos empresariais integrados e de 60% para as associações comerciais.

Com o objectivo de “dar maior celeridade à conclusão dos projectos”, nesta 5ª fase do Modcom todos os procedimentos estão calendarizados. Assim, os empresários e associações que apresentaram as suas candidaturas conhecerão os resultados no próximo dia 14 de Julho, que serão publicados nos sites da DGAE e IAPMEI.

Nas quatro fases anteriores do Modcom, o Governo disponibilizou um total de 114 milhões de euros a fundo perdido para a revitalização do comércio tradicional, tendo sido seleccionados cerca de 4 mil projectos empresariais e associativos.

Sucesso da economia portuguesa passa pelo equilíbrio das contas públicas

“A CURTO prazo o principal desafio que se coloca à economia portuguesa passa pelo equilíbrio das contas públicas”, defendeu o ministro da Economia, acrescentando que esta realidade deve ser conciliada com a necessária “recuperação económica e com a aposta na modernização do país”.

Para Vieira da Silva, que falava na conferência “Que rumo para a economia portuguesa?”, organizada pela revista Invest e pelo ISLA – Instituto Superior de Línguas e Administração, em Leiria, equilibrar as contas públicas significa simultaneamente honrar os compromissos do ponto de vista do seu equilíbrio, mas também compatibilizar este factor com a necessária recuperação económica a par “com o aprofundamento da modernização do nosso padrão de especialização”.

Reconhecendo que este desafio depende em grande medida das políticas públicas, Vieira da Silva

não deixou contudo de defender que o repto está igualmente colocado “em grande medida”, na capacidade empreendedora e inovadora do tecido empresarial privado.

Discordando que a correcção das contas públicas tenha que passar inevitavelmente e sempre pela subida do IVA, o ministro da Economia lembrou que esta foi a solução encontrada por alguns países, “caminho aliás que Portugal também seguiu em 2002 e mais tarde em 2005” e que veio confirmar de forma objectiva, disse, “que tanto do ponto de vista económico, como social não se ter revelado como uma boa resposta”.

O ministro da Economia, Inovação e Desenvolvimento garantiu ainda que o Governo tudo tem feito e tudo fará para que muitos dos aspectos determinantes das actividades das empresas, nomeadamente ao nível “da estrutura do quadro fiscal”, não fossem e

não venha a ser penalizados nesta estratégia de convergência.

Perante uma plateia na sua maioria constituída por empresários, o governante não deixou de referir, por outro lado, que um dos principais “problemas históricos” do sector empresarial está directamente ligado à sua grande dependência dos capitais alheios, recordando que a participação do sector financeiro no sector produtivo da economia portuguesa está indelevelmente marcada pela excessiva dependência das empresas dos financiamentos bancários, enquanto que da parte dos bancos o que há “é uma excessiva dependência das garantias patrimoniais que são exigidas”.

Na opinião de Vieira da Silva trata-se de um binómio “muito difícil de resolver”, classificando-o mesmo como um obstáculo e um bloqueio que a actual crise económica mundial em nada veio ajudar a ultrapassar. **R.S.A.**

REGIME EXCEPCIONAL PARA CONTRATAÇÃO DE MÉDICOS APOSENTADOS

A CONTRATAÇÃO de médicos aposentados pelo Serviço Nacional de Saúde obedecerá a um regime excepcional com soluções mais expeditas, eficazes e ágeis para fazer face ao problema da falta de médicos nos próximos três anos.

A decisão foi tomada em Conselho de Ministros devido à contracção das admissões no curso de Medicina durante a década de 90, uma situação que levou o Governo do PS a aumentar o número de cursos de Medicina e respectivas vagas, de forma a corrigir a causa da situação actual. No entanto, porque essas medidas levarão algum tempo até poderem produzir resultados visíveis, o Executivo de José Sócrates decidiu avançar de imediato com este novo regime.

“Para um problema muito excepcional, o Governo toma medidas excepcionais”, afirmou o ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira, na conferência de Imprensa que decorreu após a reunião, frisando que “o diploma vai simplificar o procedimento de autorização das contratações excepcionais, para que a contratação dependa apenas ou de despacho de autorização da ministra da Saúde, ou de despacho das administrações regionais de saúde”.

E adiantou que “a contratação será feita para as diferentes unidades do SNS, incluindo centros de saúde, hospitais em qualquer dos seus regimes, ou seja, os que são geridos de forma empresarial”.

No mesmo dia, à tarde, na Assembleia da República, durante a interpelação ao Governo sobre esta matéria, a ministra da Saúde, Ana Jorge, recusava “qualquer análise catastrofista” da situação de recursos humanos na área da saúde, garantindo que não está em causa “nem o acesso, nem o funcionamento, nem a qualidade” do Serviço Nacional de Saúde (SNS).

“Há problemas de falta de profissionais que levam tempo a recuperar, mas nos quais estamos a actuar”, disse, adiantando que nos próximos três anos o SNS terá condições para contratar de “forma mais ágil os médicos que se encontrem aposentados por já terem alcançado o tempo de serviço e já terem atingido a idade de reforma”.

OPINIÃO



LÚCIO FERREIRA
Deputado do PS

A sardinha portuguesa, capturada com recurso à arte do cerco, passou a ser a primeira pescaria do Sul da Europa a beneficiar da certificação do eco-rótulo azul

A CERTIFICAÇÃO NAS PESCAS

À SEMELHANÇA do que se verifica já quanto a muitos produtos agrícolas, em que a prática da sua certificação lhes confere um elevado valor acrescentado, transmitindo ao consumidor final a confiança que decorre da garantia de que esses bens alimentares são produzidos por métodos e processos amigos do ambiente, num permanente controle higieno/sanitário, também agora no sector das Pescas, a sardinha portuguesa, capturada com recurso à arte do cerco, passou a ser a primeira pescaria do sul da Europa a beneficiar da certificação do eco-rótulo azul. Esta certificação do Marine Stewardship Concil (MSC) é comprovativa que a sua captura é ambientalmente sustentável, ou seja, que a sardinha da arte de cerco é pescada com métodos e processos que têm subjacentes preocupações ecológicas de sustentabilidade dos recursos, pois recorre a uma arte de pesca selectiva e pouco predadora.

Trata-se de uma mais-valia para toda a fileira da pesca, em especial para a indústria conserveira, que exportando 150 milhões de latas, correspondente a dois terços das cerca de 60 mil toneladas/ano que a nossa frota captura, gerando um valor de 100 milhões de euros, vê internacionalmente reconhecido um produto de grande qualidade, colocando-o no mesmo patamar do salmão do Alasca e do arenque do Norte norueguês.

Esta conquista da sardinha portuguesa é tanto mais importante, quanto é certo que os grandes grupos de distribuição alimentar dos EUA e do Reino Unido, principais importadores da nossa indústria de conservas, já haviam anunciado que a partir de 2012 darão preferência ao pescado certificado ecologicamente.

Com este passo, que se enquadra e corresponde às políticas e metas que para o sector têm vindo a ser traçadas pelo Governo, Portugal credibiliza e torna mais competitivo este produto face a outras origens, como Marrocos ou América do Sul, em países especialmente sensíveis à sustentabilidade das pescas, como os citados e os do Norte da Europa, e pressiona o sector para manter essa qualidade, com auditorias periódicas de verificação dos pressupostos da certificação.

Sem dúvida um grande passo pioneiro nas pescas que seguramente constituirá um marco e o caminho a seguir quanto a outras espécies, na busca da melhoria dos preços, gerando mais rendimento para os pescadores e ajudando o sector a criar mais competitividade, com sustentabilidade dos recursos, metas que o Governo vem apontando e constam do Plano Estratégico para as Pescas.

INICIATIVA

Junqueiro reúne com militantes da Guarda

NO SEGUIMENTO do conjunto de reuniões que o PS/Guarda tem vindo a realizar com os militantes e simpatizante, o dirigente nacional José Junqueiro, actual secretário de Estado da Administração Local, abordou, perante uma sala cheia e interessada, a temática das autarquias locais, referindo-se às principais medidas que o Governo tem colocado em marcha e que visam o desenvolvimento do Poder Local e o progresso das regiões.

Junqueiro abordou também as grandes questões suscitadas pelo PEC, tendo sobre esta matéria respondido a um conjunto de perguntas colocadas pelos militantes, garantindo que o Executivo liderado pelo primeiro-ministro, José Sócrates, mantém o empenho em prosseguir com o investimento público na Região



Centro, designadamente no que se refere aos estudos das IC's 6,7 e 12, infra-estruturas situadas na zona da Serra da Estrela.

O secretário de Estado da Administração Interna defendeu

ainda a necessidade da rápida criação das regiões administrativas, recordando que este dossiê se encontra contudo num impasse em consequência da posição contrária assumida pelo PSD. **R.S.A.**

Deputados socialistas reclamam obras urgentes no porto de Olhão

POR ser o principal porto pesqueiro do Algarve, o de Olhão, merece ser objecto de uma rápida e urgente recuperação, defendem os deputados Miguel Freitas e Jamila Madeira.

Trata-se, segundo os dois parlamentares, que presidiram às jornadas de trabalho dedicadas ao sector das pescas no Algarve, de um equipamento "de grande prioridade" e peso para a economia da região. Recomendam por isso ao Governo que perante o estado de conservação em que se encontram as suas instalações, se avance desde já "ainda este ano se possível", com o investimento previsto para 2010 e 2011 de cerca de três milhões de euros.

Depois de recordar que o valor global previsto para a recuperação e salvaguarda do porto de Olhão ronda no total os 10 milhões de euros, o também líder do PS/Algarve, Miguel Freitas, pede ao Governo que "não abraque o investimento público a nível regional" sublinhando que a área dos portos e a intervenção nas zonas ribeirinhas assumem um carácter essencial.

Elogiou por isso as obras que estão a ser realizadas no porto de Tavira, classificando a intervenção como "a mais importante que está a ser levada a cabo este ano ao nível dos portos".

Os deputados do PS destaca-



ram ainda as obras que estão a decorrer no âmbito do Polis da Ria Formosa orçadas em dois milhões de euros tendentes à requalificação da marginal de Cabanas de Tavira, e a sua inserção na malha urbana, e congratularam-se com o "retorno do investimento na indústria de conservas no Algarve".

Retorno que, como assinalam,

representa a reindustrialização da região do Algarve, "que não pode basear a sua economia exclusivamente nos serviços", e que passará pela instalação de duas novas fábricas em Olhão, com abertura prevista para finais deste ano, representando um investimento estimado de cinco milhões de euros e a criação de mais 80 postos de trabalho directos. **R.S.A.**

Jornadas Parlamentares do PS/Madeira

Socialistas defendem criação de Entidade Multilateral para a Reconstrução

“Foi preciso acontecer a tragédia de 20 de Fevereiro para que o presidente do Governo Regional deixasse as suas teimosias, os seus insultos permanentes para passar a promover agora, de uma forma mais humilde, uma relação com o Governo da República”, lamentou, no dia 14, em Santa Cruz, o líder do PS/Madeira, Jacinto Serrão, no encerramento das Jornadas Parlamentares dos socialistas madeirenses, onde se defendeu a criação de uma Entidade Multilateral para a Reconstrução (EMR) da região autónoma, de forma a que haja uma resposta estruturada e com efeitos duradouros.

“SEMPRE defendi, mesmo antes da tragédia de 20 de Fevereiro, um diálogo institucional entre o Governo Regional e o Governo da República, uma boa relação entre o presidente do Governo Regional e o primeiro-ministro, foi sempre o meu desejo para que a Madeira e os madeirenses ficassem a ganhar nas relações entre o Estado e a Região, entre a União Europeia e a Região”, disse o líder do PS-Madeira.

Jacinto Serrão salientou ainda que “o Governo da República, e porque conheço muito bem o primeiro ministro, está interessado em alimentar um clima de concórdia e de diálogo com as regiões autónomas de maneira a governar o país, no seu todo, com elevado sentido de Estado”, mas, acrescentou, “em relação ao presidente do Governo Regional, aí já não ponho as mãos no fogo”.

Jacinto Serrão defendeu que “todo



o processo de reconstrução da Madeira e todos os apoios, devem ter uma separação clara daquilo que é o exercício corrente da acção governativa da região autónoma”, lembrando que todos sabem “que a crise que a Madeira está a viver neste momento agudizou-se naturalmente com a tragédia de 20 de Fevereiro mas a crise que a Madeira vive já se arrasta desde 2004”.

E para que haja “uma separação clara entre aquilo que é o processo de ajuda às vítimas e à reconstrução e o exercício da governação corrente e normal”, adiantou que os socialistas vão propor a criação de uma Entidade Multilateral para a Reconstrução da ilha e ainda suscitar um debate parlamentar sobre a situação da Segurança Social na Madeira.

No primeiro dia de trabalhos, o Grupo Parlamentar do PS/Madeira avançou logo com a proposta de criação da EMR, defendendo que a referida entidade deve envolver governos e sectores determinantes da sociedade, coadjuvada por uma comissão técnico-científica, no âmbito do trabalho que será feito para a recuperação das áreas afectadas pelo temporal que provocou 43 mortos, oito desaparecidos e cerca de 600 desalojados.

“O apoio às vítimas da tragédia,

a reconstrução das zonas e equipamentos afectados e a revitalização do tecido empresarial carecem de uma resposta pensada, estruturada, integrada e com efeitos duradouros”, afirmou o líder parlamentar do PS-Madeira, André Escórcio.

Os deputados socialistas madeirenses defendem que a Entidade Multilateral para a Reconstrução deve ser “dotada de autonomia administrativa e financeira, liderada por uma comissão executiva, envolvendo governos e sectores determinantes da sociedade, e coadjuvada por uma comissão técnica-científica”.

Segundo André Escórcio, “torna-se necessário obter os recursos, mas não cometer os mesmos erros do passado”, sendo necessário, sustentou, que a reconstrução possa “criar uma oportunidade de requalificação que determine novos e mais consistentes instrumentos de planeamento”.

Neste pressuposto, salientou o líder parlamentar do PS-Madeira, “não aceitamos que o Governo Regional utilize esta situação para fins de natureza eleitoral”.

Os parlamentares socialistas madeirenses consideram que o quadro da situação “sendo muito grave carece de uma atitude politicamente responsável, de total transparência na aplicação dos dinheiros públicos”.

OPINIÃO



PAULA NOBRE DE DEUS
Assistente Social

Está na hora de potenciar-mos o desenvolvimento sustentável, de investirmos fortemente naquilo que é a nossa identidade, no nosso património material e imaterial. O nosso ouro é a nossa cultura

REGIONALIZAÇÃO, ALENTEJO A REGIÃO-PILOTO ALENTEJO, PASSOS FIRMES

ESTE é o momento de se ter orgulho no que está a ser feito e nas pessoas que têm metido mãos à obra porque um dia ousaram sonhar. Neste artigo não se encontra o que ainda falta fazer em nome do desenvolvimento da região, não se procuram iludir as dificuldades que existem. Mas também não se encontram palavras de desânimo, bem pelo contrário.

Neste espaço vou sublinhar medidas que são expressão do potencial do Alentejo, reconhecido a nível nacional e internacional. E, muito importante, sentidas como boas pelas pessoas que vivem na região. Na certeza que nenhuma destas medidas é uma obra acabada, todas resultam da coragem e do empenho de quem vive o Alentejo.

Começo pelo Programa de Intervenção Precoce no Alentejo, ao qual foi atribuído pela Organização Mundial de Saúde o Prémio da Fundação para a Saúde dos Emirados Árabes Unidos. Este prémio é o reconhecimento inequívoco da importância do trabalho que está a ser desenvolvido no terreno, por centenas de profissionais, das áreas da saúde, educação e acção social, e que abrange cerca de 2000 crianças, com problemas de desenvolvimento, até aos seis anos, em todo o Alentejo.

A Intervenção Precoce é uma resposta que está a ser desenvolvida em diversos locais mas a única região onde vingou foi a nossa! Desde logo, tem o mérito de ser um testemunho da nossa tenacidade e competência. A forte concertação profissional e interinstitucional permitiu que este programa ganhasse identidade própria e se afirmasse no contexto nacional.

O futuro Hospital Central do Alentejo é outra prova de que existe massa crítica no Alentejo, com forte capacidade de execução. Neste momento, já está em fase de preparação o concurso para a empreitada, estimando-se que esteja concluído em Dezembro de 2014. A ampla diversidade de serviços, com elevado nível de diferenciação clínica e tecnológica, vai abranger tanto o distrito de Évora, como os cerca de 440 mil habitantes da região.

Avanço com o investimento em Alqueva, um dos mais paradigmáticos exemplos da nossa capacidade de dar passos firmes. O maior lago da Europa atingiu este Inverno a cota máxima. O regadio está em forte expansão e a sua capacidade de produção energética em alta. Assim, atingiram-se os objectivos para que foi construída!

Por último, refiro o facto de, em 2009, o Alentejo ter sido a única região do país em que o turismo aumentou fortemente. Está na hora de potenciar-mos o desenvolvimento sustentável, de investirmos fortemente naquilo que é a nossa identidade, no nosso património material e imaterial. O nosso ouro é a nossa cultura.

Há um mundo de iniciativas interessantes espalhadas pelo Alentejo e que representam a nossa capacidade de dar passos firmes. Todas elas têm em comum as gentes do Alentejo, os que cá nascerem e aqueles a quem nasceu o carinho pela região. O Alentejo Positivo manifesta-se das mais diversas formas, todas elas representam a vitalidade deste território.

PS/Madeira quer debater desemprego na Assembleia Regional

OS SOCIALISTAS madeirenses estão preocupados com as proporções alarmantes que o desemprego está a atingir no arquipélago.

Por isso apresentaram no parlamento regional um pedido para a realização de um debate recordando que idêntico pedido tinha já sido formulado no passado dia 3 de Março, proposta que na altura a maioria do PSD inviabilizou.

O desemprego, dizem os socialistas, “assume na região dimensões catastróficas” cenário que tem vindo a agravar-se de forma sistemática, com o sur-

gimento, segundo os dados, de 14 desempregados por dia e 417 pessoas que ficam sem emprego por mês.

Este fenómeno ameaça transformar-se “num problema estrutural” absolutamente “fora de controlo”, pelo que urge debater, sustentam os parlamentares socialistas, com “seriedade e honestidade” a política de emprego, sendo nesse sentido fundamental emprender iniciativas concretas de modo a encontrar as soluções “capazes de minimizar esta calamidade social”. R.S.A.

Os países do Magrebe são uma prioridade para Portugal

OS PAÍSES do Magrebe “são essenciais para nós, portugueses, quer do ponto de vista geoestratégico, quer do ponto de vista da relação económica”, afirmou José Sócrates, ainda em Lisboa, quando à frente uma comitiva de uma dezena de governantes e de duas dezenas de empresários iniciou uma visita de três dias a quatro países do norte de África, realizada de 21 e 23 de Março, e que teve como principal ponto da agenda o apoio às exportações e ao investimento português naquela região.

Reafirmando que os países do norte de África representam para Portugal “uma prioridade política e económica indiscutível”, Sócrates deslocou-se à Líbia, Argélia, Tunísia e Marrocos onde vincou a ideia de que a política externa e a diplomacia económica portuguesa têm os olhos postos nestes países e um renovado e decisivo desejo de cooperação.

Tratam-se de países, como sublinhou, que têm vindo a apresentar bons indicadores de crescimento económico, o que lhes permite terem em curso, ou em projecto, um conjunto significativo de planos e de obras públicas, o que necessariamente terá que constituir “uma oportunidade para o crescimento e para a diversificação do investimento português”.

Com esta deslocação pretendeu-



se também acelerar a aproximação entre as empresas nacionais e as suas congéneres magrebina, objectivo para o qual contribuiram, entre outras iniciativas, a realização em Argel e em Tunes, de seminários económicos centrados na problemática das energias renováveis e no potencial que Portugal pode oferecer neste sector aos países da

região do Magrebe.

Na Argélia, donde provém cerca de 40% do gás natural que entra em Portugal, José Sócrates referiu que o objectivo das empresas e do Governo português “é ganhar o maior número possível de contratos” recordando que actualmente a presença nacional no mercado argelino se faz sobretudo através

de empresas do sector energético, como a EDP e a Partex, que ali desenvolvem o seu trabalho em parcerias estabelecidas com a petrolífera estatal daquele país norte-africano, mas também com empresas da construção civil, sector onde aliás se estão a abrir excelentes oportunidades, como recordou o primeiro-ministro

português, uma vez que o Estado argelino planeia gastar milhões de euros de investimento público.

Na Líbia, José Sócrates considerou que as empresas portuguesas estão muito interessadas no mercado deste país do Magrebe, interesse que, disse, se estende por muitos sectores, designadamente na área dos cimentos, do petróleo ou da construção civil.

Depois de recordar que a balança comercial entre os dois países é actualmente desfavorável a Portugal “porque importamos muito petróleo e vendemos ainda poucos produtos”, o primeiro-ministro português manifestou a esperança de que a partir desta visita se possa inverter esta realidade designadamente através de uma maior diversificação comercial com a Líbia.

Já na capital tunisina, a delegação portuguesa ouviu o primeiro-ministro, Mohamed Ghannouchi, afirmar que Portugal é um país que tem vindo a empreender de forma sustentada com a Tunísia uma parceria que se reforça a cada ano, “como o demonstra o aumento das trocas comerciais e o fluxo de turistas”, sublinhando que o esforço bem sucedido de desenvolvimento e de progresso que se tem vindo a registar em Portugal “constituem um modelo e um exemplo para a Tunísia”. R.S.A.

Regularize as suas quotas

Valores aplicáveis somente a partir de 2008:

Quota mínima	Quota suplementar (Inclui “Acção Socialista”)
Semestral.....6€	Semestral...12€
Anual12€	Anual.....24€

As quotas do PS podem ser regularizadas das seguintes maneiras:

1. Depósito bancário em cheque;

2. Transferência bancária

Conta: Millennium BCP
PS-QUOTIZAÇÕES - N.º 452 341 62873
NIB - 0033 0000 4523 4162873 05

Para as operações referidas em 1 e 2 é obrigatório indicar o n.º de militante, no balcão onde as efectuar.

3. Pagamento através do MULTIBANCO da seguinte forma:

ENTIDADE 20132
REFERÊNCIA 0000...+ N.º DE MILITANTE
(total de 9 dígitos)
MONTANTE Quota mínima (Semestral - 6€, Anual - 12€)
Quota suplementar (Semestral - 12€, Anual - 24€)

Linha Azul
808 201 695

Contamos consigo!
PS

IMI reduzido em 30% em Angra do Heroísmo



A CÂMARA Municipal de Angra do Heroísmo, na ilha Terceira, nos Açores, decidiu reduzir em 30%, já no próximo ano, o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI).

O objectivo desta iniciativa, como explicou a presidente da edilidade, Andreia Cardoso, é incentivar a fixação de jovens não só nas zonas rurais, como no centro histórico da cidade, discriminando positivamente as zonas mais retraídas nas freguesias da Serreta, Altares, Raminho e Doze Ribeiras ou ainda

no centro histórico da cidade de Angra do Heroísmo.

Andreia Cardoso anunciou ainda que a edilidade vai aprovar uma redução em 50% das taxas de licenciamento para operações urbanísticas na zona classificada como património da humanidade.

Quanto à necessidade de atrair mais jovens casais ao centro histórico da cidade, a edil garante que vão ser estudadas com a Direcção Regional da Cultura, “alterações às regras e aos limites para a reabilitação dos

edifícios”, alegando a autarca que os tempos mudaram e que os materiais de construção também sofreram uma assinalável evolução.

Na ocasião a autarca anunciou que na freguesia das Doze Ribeiras vai ser construído um pavilhão desportivo orçado em perto de 600 mil euros, bem como está em adiantado estudo a localização de um novo parque industrial, uma vez que o existente, como lembrou, “está já praticamente esgotado em consequência da elevada procura”. R.S.A.

Políticas de promoção do emprego e da justiça social são urgentes e necessárias

Uma estratégia eficaz e sustentada de combate ao impacto negativo da crise financeira internacional deve ir além de uma mera visão economicista, tanto ao nível de Portugal, quanto ao nível da própria Europa a 27, centrando-se em dar resposta aos problemas das pessoas, em especial das mais desfavorecidas. Foi esta a ideia que perpassou as intervenções dos oradores da sessão “A Crise e as Respostas do Socialismo Democrático”, uma iniciativa da Federação de Setúbal que decorreu no dia 13 de Março.

MARY RODRIGUES

PERANTE mais de 300 pessoas, o histórico fundador do PS, Mário Soares, na sua intervenção de fundo, defendeu que o Governo deve concentrar atenções no combate ao desemprego, à pobreza e às desigualdades sociais.

Muito aplaudido pela vasta assistência que lotou por completo o Cine-Teatro Charlot de Setúbal, Soares fez elogios às medidas do Executivo previstas no Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC) para combater o desemprego.

“Há algumas políticas de apoio ao emprego que eu acho que são boas, e esse é o principal problema que temos hoje. O problema não é dos que estão empregados quererem mais ou menos salários. Eu reconheço que os salários em Portugal são muito baixos, mas são o que podem ser”, disse, alertando para a necessidade de haver “justiça social”.

Reiterando as críticas feitas minutos antes aos bancos pela ministra do Trabalho, Helena André, que também integrou o painel de convidados, juntamente com o ministro da Economia, Vieira da Silva e o economista Ferreira do Amaral, Mário Soares alertou para riscos de descontentamento e revolta social,

exemplificando com o que tem acontecido nalguns pontos da Europa e do Mundo.

O antigo Presidente da República lembrou que, quando não há coesão social as pessoas acabam por provocar revoltas que são perigosas.

“É por isso que o principal esforço para o equilíbrio do sistema está nestes três pontos [combate ao desemprego, pobreza e desigualdades sociais] e só depois no endividamento externo e no défice”, sustentou Mário Soares, referindo-se de seguida à necessidade de se proceder, entre os socialistas, a um debate aprofundado e crescente que mobilize vontades e esforços rumo ao futuro.

Este mobilizar do debate em torno às questões socialmente relevantes foi, de resto, ponto consensual e recorrente nas restantes intervenções, onde não faltaram apelos à união para “impedir que a direita, a culpada da crise, retome as suas velhas receitas”.

Mobilizar, apoiar o Governo e preparar o PS para enfrentar as grandes dificuldades que se perfilam no horizonte político nacional, no qual a direita não é alternativa, foram outras ideias partilhadas pelos oradores, que analisaram a situação de Portugal e o PEC proposto pelo Executivo no quadro da UE.



O economista João Ferreira do Amaral referiu-se com preocupação ao baixo crescimento médio da Europa a 27.

“Nos últimos dez anos o crescimento médio comunitário chegou apenas a 1%”, referiu, alertando para a necessidade de implementar medidas baseadas numa “visão política integrada”.

Segundo Ferreira do Amaral, a União enfrenta grandes desafios no contexto global e está em risco de perder a sua influência.

“A taxa de poupança na China é de 50%”, apontou, chamando a atenção igualmente para a possibilidade da Índia colocar no mercado europeu veículos por ela produzidos ao preço de mil euros.

Concertar esforços

Por sua vez, a ministra Helena André colocou a ênfase no papel central a desempenhar pelos socialistas na

luta pela defesa e pela valorização do mundo do trabalho.

Responsabilizando a direita pelas nefastas consequências da crise financeira global, a titular da pasta do Trabalho advogou a “concertação de esforços entre empregadores e empregados”, considerando-a não só uma aspiração possível mas sobretudo uma necessidade central.

Já o ministro da Economia, Vieira da Silva, numa intervenção técnica e aprofundada sobre a situação económica actual de Portugal, apontou “outras respostas para fazer face à crise e ao “desequilíbrio estrutural de longo prazo”.

“É preciso reduzir de forma substancial a dependência energética do país, tem de se fazer uma inversão da balança comercial no que se refere aos bens tecnológicos, e é necessário modernizar algumas actividades económicas na área da exportação”, referiu.

As diferentes intervenções fize-

ram notar, igualmente, os aspectos positivos do PEC 2010-2013, nomeadamente os que têm a ver com a criação da nova taxa de IRS (45%) para rendimentos acima dos 150 mil euros/ano, e com a justiça da tributação das mais-valias bolsistas.

No capítulo do congelamento dos ordenados, sublinhou-se que a questão salarial não podia dissociar-se da questão da taxa de desemprego.

Quanto às críticas e à polémica que tem rodeado a anunciada redução nas deduções à colecta em matéria de despesas de saúde e educação, os oradores consideraram ter havido precipitação por parte da oposição, uma vez que ainda não é conhecida a proposta concreta, além de que as estes benefícios favorecem mais quem tem rendimentos mais elevados.

Já em matéria de privatizações, propôs-se o aprofundamento das soluções avançadas e a procura de vias alternativas mais eficazes.

Socialistas de Oeiras exigem retractação pública de Pacheco Pereira

O DEPUTADO do PSD Pacheco Pereira “demonstra sinais de desonestidade intelectual patológica que vão contaminando gravemente, caso a caso, os pressupostos de seriedade exigíveis ao debate democrático”, denunciam os socialistas de Oeiras em comunicado assinado pelo presidente da Concelhia, Marcos Sá.

A reacção do PS/Oeiras vem na sequência das declarações proferidas por Pacheco Pereira no programa televisivo “Quadratura do Círculo”, no qual sugeriu que o Partido Socialista local, tal como o PSD, seriam coniventes com o autarca Isaltino Morais ou condescendentes perante a sua situação de condenação por actos de corrupção.

No comunicado, os socialistas de Oeiras exigem a retractação pública deste comentador e refutam veementemente as ideias



que expressou, acusando o partido laranja de participar na “mais descarada mentira democrática” quando, “com total omissão e condescendência da sua direcção nacional, permitiu “uma das maiores fraudes eleitorais nas últimas eleições autárquicas” ao consentir que se fizessem “listas cruzadas entre o movimento de Isaltino Morais e o PSD”, garantindo assim uma maioria de suporte ao actual Executivo.

“É o PSD nacional e os seus órgãos que permitem que presidente do PSD de Oeiras se encontre na posição de adjunto de vereador do movimento do dr. Isaltino Morais há mais de cinco anos, funcionalizando despidoradamente esta estrutura política ao serviço de um autarca condenado pela justiça” acusa a estrutura do PS liderada por Marcos Sá,

criticando também que esse “apoio político” laranja tenha sido recentemente reforçado “com a aceitação de pelouros por parte do PSD.

O PS de Oeiras, recorda-se, após as autárquicas, “aprova por unanimidade na sua Comissão Política Concelhia, recusar quaisquer pelouros ou lugares na Câmara Municipal de Oeiras”, bem como a celebração de quaisquer acordos políticos com Isaltino Morais.

E lembra que o PS de Oeiras foi a única força política que, durante as últimas eleições para o poder local, denunciou o “verdadeiro atentado à decência democrática e ética republicana que significava a candidatura de Isaltino Morais”, uma vez conhecida a sua condenação, enquanto o PSD se limitou a desvalorizar “vergonhosamente” a situação. M.R.

DNMS assinala Dia Internacional da Mulher

Um longo caminho para a igualdade de género

A ideia de que apesar das conquistas alcançadas, designadamente a nível legislativo, há ainda um longo caminho a percorrer para que a igualdade de género seja uma realidade, em especial no mundo laboral, foi o traço comum das intervenções de Elza Pais e de Maria Manuela Augusto, na sessão político-cultural promovida pelo Departamento Nacional das Mulheres Socialistas (DNMS) para assinalar os cem anos do Dia Internacional da Mulher, que reuniu na sede do Largo do Rato centenas de participantes.

J. C. CASTELO BRANCO

NO encerramento do encontro, a secretária de Estado da Igualdade, Elza Pais, depois de enaltecer o “extraordinário momento de cultura” proporcionado pelas actuações dos cantores Carlos Mendes, Carla Correia e da cabo-verdiana Celina Pereira e das atrizes São José Lapa e Inês Lapa que declamaram poesia, começou por sublinhar que “os direitos das mulheres são indissociáveis dos homens e da dignidade humana”.

Segundo referiu Elza Pais, “cem anos depois da instituição do Dia Internacional da Mulher continuamos a lutar por oportunidades iguais entre o género masculino e feminino”, considerando que “a igualdade de direitos foi a grande conquista do século XX”.

E recordou, a propósito, que durante a ditadura do Estado Novo estava vedado às mulheres o acesso a determinadas profissões, para além de estarem manietadas nos seus direitos perante os homens. “As mulheres não podiam ser diplomatas, magistradas, por exemplo, e necessitavam de uma autorização do marido para se ausentarem do país”, disse.

A também dirigente socialista referiu que com a legislação aprovada pelo Governo de José Sócrates, como a Lei da Paridade, a IVG e o casamento entre pessoas do mesmo sexo, “Portugal deu saltos gigantescos, acompanhando os países mais avançados do ponto de vista civilizacional como os do Norte da Europa”.

Não obstante os progressos registados, Elza Pais chamou a atenção



para o facto de “as mulheres serem as mais prejudicadas pela crise, nomeadamente na área laboral”, defendendo ser “necessário que haja mais mulheres nos conselhos executivos das empresas”.

Para a secretária de Estado, o desafio do século XXI é fazer com que “a igualdade seja uma realidade”, considerando que para atingir tal objectivo “é preciso que homens e mulheres caminhem juntos na construção de uma sociedade sem discriminação”.

Legislação progressista do PS

Por sua vez, a presidente do DNMS, Maria Manuela Augusto,

manifestou ter “muito orgulho” em pertencer ao PS que “pode pedir meças aos outros partidos em matéria de legislação pela igualdade de género e contra todas as formas de discriminação, que é das mais avançadas do mundo”, alertando no entanto que na prática do dia-a-dia “se continuam a perpetuar comportamentos conservadores geradores de violência, pobreza e discriminação laboral a vários níveis, que se abatem sobre as mulheres”.

Segundo a líder das mulheres socialistas, “hoje ainda temos uma luta pelo salário igual”, salientando que “houve muitos progressos, mas ainda há muito caminho para

percorrer”. Por isso, defendeu, “é preciso prosseguir o caminho que activistas como Maria de Lurdes Pintasilgo, Natália Correia, Rosa Luxemburgo e muitas outras trilham em prol da igualdade entre homens e mulheres”.

A camarada Maria Manuela Augusto referiu ainda que no ano em que se assinala o centenário da I República, é preciso dizer que apesar do seu “carácter progressista”, traduzido em conquistas como a laicidade do Estado, o direito à greve, a lei do divórcio e aposta na educação, “o voto das mulheres não chegou com a I República, que gorou, neste aspecto, as expectativas”.

Mas recordou também que a Revolução Francesa, apesar de ser feita em nome dos princípios da igualdade, liberdade e fraternidade, lançou para a guilhotina Olympe de Gouges, por, segundo o tribunal que proferiu a sentença, “ter tido a ousadia de se intrometer nos assuntos da República e se ter esquecido dos seus deveres como mulher”.

O secretário-geral do PS, José Sócrates, cuja presença estava prevista neste evento, não pôde comparecer devido à realização extraordinária de um Conselho de Ministros destinado a analisar e aprovar o PEC.



Federação de Castelo Branco

Homenageadas mulheres com mais de 25 anos de militância

O centenário do Dia Internacional da Mulher foi assinalado pelo Departamento Federativo das Mulheres Socialistas de Castelo Branco com uma homenagem a 29 camaradas com mais de 25 anos de militância política no PS.

“ESTA é uma homenagem às mulheres na política e com um percurso de militância em prol das ideias democráticas e de liberdade. São camaradas que há mais de 25 anos decidiram entrar para o PS, tiveram coragem, lutaram pelos seus ideais e ao longo de todo este tempo, passando tempos melhores e piores, nunca desistiram da luta por um mundo melhor, pela igualdade de oportunidades”, referiu a presidente do Departamento e tam-

bém deputada à Assembleia da República, Hortense Martins, para justificar a distinção entregue a 29 mulheres militantes socialistas, de vários pontos do distrito de Castelo Branco, quatro delas (Maria Esmeralda Niza Vaz Vieira, de Castelo Branco, Cremilde Silva Neto Ferrão Silva e Maria Ascensão Costa Alves, da Covilhã, e Celeste Martins Maximino Rojão, do Fundão), militantes desde 1974.



Estratégia Nacional para a Energia é aposta verde

Reduzir a dependência energética do país face ao exterior para 74%, cumprir os acordos de Portugal no contexto das políticas europeias de combate às alterações climáticas, de forma a que 60% da electricidade produzida tenha origem em fontes renováveis, e diminuir em 25% o saldo importador energético com a energia produzida a partir de fontes endógenas são as metas traçadas pela nova Estratégia Nacional para a Energia.

MARY RODRIGUES

ESTE programa, com horizonte até 2020, foi aprovado em Conselho de Ministros, como anunciara aquando da sua apresentação o líder do Governo, José Sócrates, definindo como objectivos centrais a criação de 120 mil empregos e a redução de dois mil milhões de euros em importações de petróleo.

Ao apresentar a estratégia aprovada para a energia, o titular da pasta da Economia, Vieira da Silva, estimou que esta terá um impacto no Produto Interno Bruto (PIB) na ordem dos 1,7%.

O aumento da produção de recursos energéticos endógenos, de forma a aumentar a independência neste sector, a promoção da rede de abastecimento dos veículos eléctricos, a eficiência energética e a redução da emissão de gases poluentes, são elementos orientadores do programa.

O Executivo aprovou também um decreto que permite reforçar em 400 megawatts a capacidade dos parques eólicos já instalados, o que, segundo Vieira da Silva, poderá representar um investimento na ordem dos 400 milhões de euros.

O Governo aprovou ainda um segundo decreto que cria o Fundo de Eficiência Energética, que terá um capital inicial de 1500 milhões de euros e que se destina a incentivar cidadãos e empresas a alterarem os hábitos de consumo, através do apoio a projectos na área da eficiência energética.

Na área do ambiente, o Conselho de Ministros aprovou igualmente uma resolução sobre a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas, documento programático que pretende definir as linhas de acção a desenvolver nos próximos anos.

Esta estratégia ambiental assume como objectivos a informação e o conhecimento, a redução de vulnerabilidades ambientais, a sensibilização e a cooperação internacional.

Refira-se que na apresentação da Estratégia Nacional para a Energia para 2020, uma cerimónia que decorreu no Pavilhão



de Portugal, em Lisboa, com a presença de vários membros do Governo e de representantes do sector empresarial na área da energia, José Sócrates declarou ser esta uma forte “aposta nas energias renováveis”.

“Sabemos exactamente o que há para fazer nas energias eólica, hídrica e solar. Queremos desenvolver todas as oportunidades para que a prazo, naturalmente em função das diferentes experiências, a melhor tecnologia se afirme”, explicou, acrescentando que as propostas energéticas até 2020 serão executadas “em parceria estratégica entre Estado e as empresas”, cabendo mesmo às empresas o fundamental no que respeita à concretização dos diferentes projectos.

Portugal não precisa do nuclear

Por seu turno, o secretário de Estado da Energia, Carlos Zorrinho, garantiu que, com o investimento nas energias renováveis, Portugal não precisa do nuclear porque já tem uma “aposta verde”.

“A aposta nas energias renováveis [eólica, hídrica e solar] é equivalente à aposta numa central nuclear”, defendeu Zorrinho, para quem a nova estratégia de energia e as políticas energéticas são “fundamentais” para a recuperação económica e combate ao

desemprego.

Segundo adiantou o secretário de Estado, os cinco eixos fundamentais do plano apresentado são “criar uma agenda para a competitividade”, “apostar nas energias renováveis”, “eficiência energética”, “garantir o abastecimento” energético e “sustentabilidade”.

Até 2020, o Governo quer assegurar 8600 megawatts (MW) de potência hídrica e relançar o plano de mini hídricas, enquanto no solar o objectivo é ter 1.500 MW de potência instalada, considerando que “este é um patamar mínimo”.

Um dos objectivos últimos é que em 2020 60% da energia produzida em Portugal – e 31% do consumo de energia final – tenha origem em fontes de energia renovável.

Relativamente ao Eixo 3, da eficiência energética, é objectivo do Governo continuar a aposta na rede de carros eléctricos e na redução do consumo dos combustíveis fósseis em 10% até 2020.

O Governo prevê ainda que 50% dos portugueses estejam cobertos por redes inteligentes até 2020, disse Zorrinho.

Ao nível do abastecimento (Eixo 4), o plano prevê o reforço das interligações com Espanha e com o resto da Europa, uma vez espera poder vir a exportar energia para outros países.

No que diz respeito à sustentabilidade, o Governo adiantou

que vai ser criado um fundo de equilíbrio tarifário para absorver o impacto de um eventual choque petrolífero.

Em declarações à Imprensa, Carlos Zorrinho garantiu que a nova estratégia energética até 2020 vai manter todos os “projectos determinantes” do anterior plano, apesar da contenção do Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC).

De acordo com o secretário de Estado, “a estratégia nacional de energia é mobilizadora e visa dar um novo impulso ao que vinha sendo aplicado desde 2005”.

Não só se mantém prevista a construção de 1.300 pontos de carregamento de carros eléctricos até 2011, como o Executivo prevê manter a aposta em novas centrais de ciclo combinado, parques eólicos e reforços de potência nas barragens.

Questionado sobre se essa aposta faz sentido uma vez que o país já produz mais do que gasta nos períodos de pico, Carlos Zorrinho disse que sim porque “Portugal quer exportar energia verde”.

Refira-se que Portugal é actualmente o quinto Estado europeu com maior peso das energias renováveis no seu balanço energético e o Governo quer prosseguir com a política de “reformulação do perfil energético” do país nos próximos anos. **M.R.**

OPINIÃO



MIGUEL FREITAS
Deputado do PS

dEST
O país precisa de uma juventude rebelde e tolerante. Rebelde nas suas reivindicações, geradora de movimentos de mudança social, com capacidade de adaptação a novas realidades e aberta à universalidade dos valores. E tolerante face às diferenças, num país em que o respeito pelos outros é cada vez mais importante

GERAÇÃO UNIVERSAL

ACESSIBILIDADE. Ser acessível, estar acessível, tornar acessível. Compreender a acessibilidade como bem público que deve ser a prioridade da sociedade moderna. Em oposição à exclusão, ou antes, às exclusões nas suas múltiplas dimensões. Neste nosso pequeno mundo.

Se este é o conceito da época, aquele que melhor exprime o princípio da igualdade de oportunidades, é a base segura de um compromisso com as novas gerações. Ter acesso à educação, ter acesso à cultura, ter acesso às tecnologias de informação, ter acesso ao mercado de trabalho, ter acesso à habitação, ter acesso ao mundo. Num país cada vez menos jovem. Cada vez mais aberto ao mundo.

O país apela a uma juventude qualificada e culta. A introdução do inglês desde o 1º ciclo e o plano tecnológico nas escolas foi o que de melhor se fez para dar mais mundo aos jovens. A língua e a comunicação universal. Estimular o gosto pelas línguas e pelas ciências, apostar no apoio às artes e na educação para a cultura, promover a articulação entre universidade e escola, assegurar a mobilidade entre países de estudantes e professores, são outras tantas medidas para tornar este mundo mais próximo. É só semear para colher.

O país carece de uma juventude empreendedora e voluntariosa. A escola e a universidade precisam de uma cultura de empreendedorismo, de programas que ensinem os jovens a ser capazes de mobilizar as suas energias e a dos outros para projectos novos e inovadores. Por outro lado, é preciso estimular o associativismo e o voluntariado. O associativismo, tal como o conhecemos, vive momentos conturbados. É o tempo das redes sociais e das acções informais. Há novas formas de comunicação, novos motivos de associação. Há disponibilidade para acções muito concretas, desde que instantâneas. O “Limpar Portugal” foi disso um bom exemplo. Há, aqui, um campo novo por desbravar.

O país precisa de uma juventude rebelde e tolerante. Rebelde nas suas reivindicações, geradora de movimentos de mudança social, com capacidade de adaptação a novas realidades e aberta à universalidade dos valores. E tolerante face às diferenças, num país em que o respeito pelos outros é cada vez mais importante. É preciso autoridade, rigor e regras claras. E pais interessados nos seus filhos. Esta a grande questão. Os frutos são são. É deixar amadurecer.

Termo com uma proposta. Tenho vindo a defender a criação de Conselhos Regionais de Educação, Qualificação e Inovação, associando escolas, universidades, associações de pais, empresas, sindicatos e municípios, em torno de um projecto educativo regional. Espero que o possamos concretizar nesta legislatura. Ou continuaremos a perder tempo de ter educação com projecto, envolvendo, envolvendo, com sentido, com um rumo.

VIEIRA DA SILVA NA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÓMICOS

A PROPÓSITO da recente apresentação da nova Estratégia Nacional para a Energia, que terá um grande impacto positivo no país ao nível ambiental e económico, os deputados socialistas da Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Energia querem que o ministro da Economia seja ouvido naquele órgão.

A área da energia é “determinante para o país, não só do ponto de vista

ambiental, mas também do ponto de vista económico”, realçou o deputado do PS Jorge Sanches Seguro, adiantando que a “criação de emprego é um dado já nos dias de hoje e que, com o crescimento desta área, permite que Portugal possa incorporar muita mão de obra nacional”.

Jorge Seguro Sanches sublinhou ainda que a energia é “importante para a balança de pagamentos” do país, uma

vez que, frisou, “evita a saída de divisas para o estrangeiro”, com o aumento da produção interna.

O deputado socialista destacou, em particular, o crescimento da energia, referindo que “Portugal, desde 2004 e até agora, multiplicou por sete a potência eólica instalada”, sendo “o nono país do mundo em termos de potência eólica instalada”.

OPINIÃO

ASCENSO SIMÕES
Secretário nacional

É neste esforço de retaguarda do governo e de permanente reinvenção do nosso partido, que importa abrir o caminho para as novas gerações

UM PARTIDO PARA OS JOVENS QUADROS

AO LONGO de muitos anos, o Partido Socialista sofreu uma grave crise de recrutamento de jovens quadros. O período cavaquista deixou o PS na berma da conquista de investigadores, docentes, gestores, médicos e advogados, formados nos finais da década de 80 e inícios da década de 90, do século passado. Esses dez anos criaram, no PS, um foço geracional de que ainda hoje nos ressentimos. Muitos dos que vieram posteriormente e ocupam lugares de destaque nestes tempos, não sabem o duro que foi.

A nossa vitória eleitoral em 1995 e o regresso ao poder em 2005, bem como os debates dos Estados Gerais e das Novas Fronteiras, permitiram a conquista de muitos e relevantes militantes para as nossas fileiras. Acontece que o seu enquadramento e a sua inclusão na vida do partido, têm sido muito difíceis.

Para quem exerceu funções governativas durante quatro anos e integra a actual direcção nacional, para quem continua a calcorrear o país para debater com os militantes, foi e continua a ser, reconfortante, encontrar centenas de camaradas que já não têm que provar nada a ninguém, nas suas profissões e actividades e que querem, unicamente, dar o seu contributo cívico na actividade diária do nosso partido. O que tem sido pouco interessante, é verificar a sua pronta resposta quando questionados sobre a vida partidária – não nos ouvem, dizem!

O PS está hoje no poder. Essa circunstância faz com que a atenção ao partido, à sua actividade do dia-a-dia e ao debate interno, sejam colocadas em segundo plano. Nós sabemos que é assim, quase sempre. E também sabemos que a grave situação que o país vive, com a consequente exigência da governação, deixa pouca margem para o trabalho militante. Acontece que a actual conjuntura política, de exigência e de combate, não pode, não deve, libertar o partido de uma atitude mais presente e mais interventiva.

É neste esforço de retaguarda do Governo e de permanente reinvenção do nosso partido, que importa abrir o caminho para as novas gerações.

A Fundação ResPublica tem desenvolvido o seu trabalho de forma muito meritória, formando e promovendo o debate. Seria bom que a sua actividade se alargasse a todo o país. Mas não podemos deixar nas mãos da Fundação o trabalho de campo que urge.

Três áreas se apresentam para os próximos quatro anos. 1ª O combate autárquico; 2ª O reforço da nossa participação social; 3ª A reinvenção do nosso espaço ideológico.

No combate autárquico importa que se iniciem os trabalhos para que o nosso partido possa ser, em 2013, o grande, o maior, partido do poder local. Se olharmos para as alterações verificadas em 2009 e para os municípios que mudarão de presidente, no final do presente ciclo, fruto da limitação de mandatos, teremos um grande espaço de crescimento e de afirmação. Esse trabalho terá que ser desenvolvido, com paciência e cuidado, dando campo de afirmação aos novos quadros.

Num tempo em que o contrato social se desgrada, o sindicalismo se esvai, o movimento associativo define e está cada vez mais dependente do Estado, importa que o PS se afirme nas estruturas empresariais, sindicais ou de classe. Que se envolva nos movimentos de bairro, no voluntariado e na defesa do ambiente. Que se esforce para voltar a recrutar nas academias do secundário e do superior. Trabalho ciclópico, dirão! Trabalho essencial para o futuro, consideramos nós.

Por fim, o PS não pode exaurir-se na actividade governativa que é, cada dia que passa, mais delicada. Num período em que as crises mundiais se sucedem, não só a financeira que deu lugar à económica, mas principalmente as que põem em causa o equilíbrio territorial e as que decorrem da descompensação demográfica e dos desequilíbrios geoestratégicos, o PS tem que regressar, de novo, à discussão sobre o papel do socialismo democrático e da social-democracia. E essa discussão não pode, não deve, ser com cartas marcadas, sob pena de iniciarmos o caminho da nossa descoloração.

Perspectivando o futuro, conscientes da nossa responsabilidade como maior partido português, chegou o momento de olharmos para nós e de fazermos o caminho.

Aprovado projecto de resolução socialista sobre o PEC

A Assembleia da República aprovou hoje, com os votos favoráveis da bancada socialista, a abstenção do PSD e os votos contra da restante oposição, o projecto de resolução sobre o Programa de Estabilidade e Crescimento apresentado pelo PS, ficando assim o país dotado de uma estratégia de consolidação orçamental assente num cenário macroeconómico prudente, onde se assume a redução do défice para 2,8% do PIB até 2013 e o controlo do crescimento da dívida pública.

CONTRARIAMENTE, os projectos de resolução do BE e PCP, no sentido de rejeitar o PEC, foram chumbados com os votos contra de PS, PSD e CDS-PP.

De referir que a versão final do documento socialista foi objecto de um acordo com os sociais-democratas, que neste particular revelaram sentido de Estado.

A partir de Bruxelas, o primeiro-ministro, José Sócrates, congratulou-se imediatamente pela aprovação do Programa de Estabilidade e Estabilização (PEC) na Assembleia da República.

“Fico muito satisfeito porque acho que o país precisa deste PEC”, disse Sócrates à chegada à capital belga, onde se deslocou para participar numa reunião de líderes europeus sobre temas económicos.

Para o primeiro-ministro, “este PEC tem medidas justas e necessárias” que “visam dar um sinal claro” à economia portuguesa e internacional em como “o país vai lutar pela sua recuperação económica e também pela consolidação orçamental”.

E clarificou que “não há atraso nenhum” na aprovação do documento em Portugal, “pelo contrário, nós fizemo-lo exactamente quando dissemos que o íamos fazer, depois do Orçamento e cumprimos todas as normas europeias”.

No final da discussão que decorreu no hemiciclo de São Bento, o líder da bancada socialista, Francisco Assis, numa breve intervenção, assinalou que ao abster-se em relação ao projecto de resolução do PS, “o PSD assume as suas responsabilidades históricas como grande partido da oposição que é hoje”, tomando uma decisão que o “enobrece” e “prestigia a política”.

Já o ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira, apelou para que “o sentido de responsabilidade” do PSD por viabilizar,



mediante a abstenção, a resolução do PS sobre o Programa de Estabilidade e Crescimento possa ter sequência “amanhã e nos dias seguintes”.

Dirigindo-se a Manuela Ferreira Leite, que fazia a sua última intervenção no Parlamento enquanto líder do PSD, o ministro da Presidência disse que a decisão do PSD de viabilizar o projecto de resolução do PS sobre o PEC foi “um sinal positivo” e “uma palavra de responsabilidade”.

“Oxalá esse gesto de responsabilidade tenha sequência amanhã e nos dias seguintes para as condições de governabilidade do país e para as condições de credibilidade do próprio PSD”, declarou, acrescentando que “um partido só pode trilhar um caminho de credibilidade quando é capaz de dar sinais de responsabilidade pelo menos dois dias seguidos”.

Pedro Silva Pereira acusou o presidente do CDS, Paulo Portas, de ter feito “uma mistificação” ao referir-se ao último debate televisivo entre José Sócrates e Francisco Louçã, salientando que os limites introduzidos nos benefícios fiscais na educação e saúde “nada têm a ver com as propostas do Bloco de Esquerda”.

Em relação à oposição de esquerda, o ministro da Presidência defendeu que, se Portugal

não fizesse já a consolidação orçamental, “ficaria comprometida a credibilidade da economia portuguesa”.

A mesma ideia fora sustentada, antes, pelo ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, que em diversas ocasiões fez questão de sublinhar a necessidade de se alcançar os consensos políticos necessários para a rápida implementação do PEC.

“Não por conveniência ou por capricho do Governo, mas sim por um incontornável sentido de responsabilidade, em prol do interesse nacional. Um apoio alargado que reforce a confiança e a credibilidade por parte dos agentes nacionais e internacionais na estratégia”, venceu.

O titular da pasta das Finanças defendeu que este PEC contém “medidas de natureza, magnitude e eficácia adequadas” para alcançar a consolidação das contas públicas.

A par das restantes medidas já anunciadas e reafirmadas várias vezes, o governante apontou ainda o corte dos bónus dos gestores do sector empresarial do Estado em 2010 e 2011, frisando de seguida que a economia portuguesa corre o risco de pagar juros elevadíssimos e “de viver tempos dramáticos”, semelhantes aos da década de 80, senão for conduzida “uma boa política orçamental”. M.R.